



**MONITORAMENTO  
INDEPENDENTE E A PROTEÇÃO  
DE TERRITÓRIOS E DIREITOS  
NA AMAZÔNIA**

**Kena Azevedo Chaves  
Tainá Holanda Caldeira Baptista  
Brent Millikan  
(Organização)**

## Expediente

### **MONITORAMENTO INDEPENDENTE E A PROTEÇÃO DE TERRITÓRIOS E DIREITOS NA AMAZÔNIA**

#### **Organização:**

Kena Azevedo Chaves (FGVces), Tainá Holanda Caldeira Baptista (FGVces) e Brent Millikan (GT Infra)

#### **Editoração:**

Samir Eid Pessanha (FGVces)

#### **Projeto Gráfico:**

José Roosevelt Junior (Mediacts)

#### **Realização:**

Rede de Monitoramento Territorial Independente (Rede MTI)

#### **Coordenação:**

Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces)  
Coordenação Geral - Mario Monzoni (FGVces)

#### **Contato:**

Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas  
Av. 9 de Julho, 2029 - 11º andar, CEP 01313-902 - São Paulo, SP - Brasil  
(55 11) 3799-2488 | contato@redemti.org | www.redemti.org

#### **Apoio:**

Charles Stewart Mott Foundation

Monitoramento independente e a proteção de territórios e direitos na Amazônia [recurso eletrônico] / Kena Azevedo Chaves, Tainá Holanda Caldeira Baptista, Brent Millikan (organização). - São Paulo: FGVces, 2023.

87 p.

ISBN: 978-85-94017-18-5

1. Comunidades sociais - Amazônia. 2. Áreas indígenas. 3. Quilombos. 4. Impactos socioambientais - Brasil. 5. Monitoramento ambiental - Brasil. 6. Reforma agrária. I. Chaves, Kena Azevedo. II. Baptista, Tainá Holanda Caldeira. III. Millikan, Brent. IV. Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas. V. Fundação Getulio Vargas.

CDU 304(81)

Ficha catalográfica elaborada por: Cristiane de Oliveira CRB SP-008061/O  
Biblioteca Karl A. Boedecker da Fundação Getulio Vargas - SP

## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	5
Brent Millikan	
<b>Introdução: Monitoramento Territorial Independente como ferramenta para Justiça Socioambiental na Amazônia</b> .....	6
Kena Azevedo Chaves e Tainá Holanda Caldeira Baptista	
<b>Estratégias de proteção territorial conduzidas pelas comunidades do rio Manicoré, Amazonas</b> .....	10
Jolemia Cristina Nascimento das Chagas, Francisca Dionéia Ferreira e Samir Eid Pessanha	
<b>Autodemarkação e vigilância indígena da Terra Indígena Maró no Pará</b> .....	16
Adenilson Alves de Souza, Apolonildo Borari, Dioclécio Matos Arapiun (et al.)	
<b>Monitoramento independente e uso de tecnologias para proteção da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau</b> .	22
Ivaneide Bandeira Cardozo, Samir Eid Pessanha e Tainá Holanda Caldeira Baptista	
<b>Povo Mura e o enfrentamento às pressões da mineradora Potássio do Brasil no Amazonas</b> .....	29
Herton Mura	
<b>Denúncias e organização comunitária para proteção do território e das lideranças ameaçadas do povo Karipuna</b> .....	35
Adriano Karipuna, Tainá Holanda Caldeira Baptista e Samir Eid Pessanha	
<b>“Território é vida e futuro”: a organização das mulheres Munduruku na bacia do Tapajós</b> .....	41
Alessandra Korap Munduruku, Maria Leusa Kabá Munduruku e Kena Azevedo Chaves	
<b>A Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu) e o fortalecimento da luta quilombola</b> .....	49
Salomão Santos, Hilário Moraes, Magno Nogueira Siqueira e Samir Eid Pessanha	
<b>PAE Lago Grande: reforma agrária para proteção de territórios coletivos e efetivação de direitos no Pará</b> .....	54
Edilson Silveira Ferreira e Maria Ivete Bastos	
<b>Podem as finanças contribuir para a conservação das florestas?</b> .....	61
Merel Van de Mark e Tarcísio Feitosa da Silva	
<b>Por novos ventos para as comunidades locais: estratégias de resistência da comunidade de Serra dos Rafaéis (PI) frente às práticas corporativas nocivas dos parques eólicos na Chapada do Araripe</b> ....	68
Camila Mikie Nakaharada, Fernanda Drummond e Júlia Mello Neiva	
<b>O Sistema de Alerta Prévio (SAP) como ferramenta democrática na afirmação de direitos socioambientais</b> .....	79
Daniel Lopes Faggiano e Rodolfo Machado	

## Apresentação

Brent Millikan

A Rede de Monitoramento Territorial Independente na Amazônia (Rede MTI) reúne organizações comunitárias, movimentos sociais, instituições de pesquisa e entidades da sociedade civil com o objetivo de ampliar e fortalecer capacidades voltadas para cuidar da integridade de territórios fundamentais para a qualidade de vida e exercício de direitos de populações locais.

Desde abril de 2022, no âmbito da Rede MTI, formou-se um grupo de colaboração para aprofundar a troca de experiências sobre estratégias de incidência junto a órgãos públicos, financiadores e empresas para proteção dos territórios, utilizando os resultados do monitoramento independente. O *Grupo de Colaboração sobre Incidência (GCI)* tem realizado ciclos de debates para a troca de experiências desenvolvidas por organizações comunitárias, movimentos sociais, instituições de pesquisa e entidades da sociedade civil sobre estratégias de incidência voltadas para a proteção de territórios e direitos na Amazônia. Ao longo de 2022, foram realizados encontros que propiciaram trocas riquíssimas de conhecimentos sobre estratégias de incidência – sob uma ótica de ação preventiva e responsabilização – junto a empresas, financiadores e órgãos governamentais, com destaque para projetos extrativos e de infraestrutura.

Diante da riqueza dos debates e articulações que vêm sendo conduzidas e fomentadas pela Rede MTI, fez-se oportuna a construção coletiva desta publicação, com objetivo de compilar relatos dos casos, sistematizar aprendizados e ampliar a sua divulgação junto a um público mais amplo.

A publicação, organizada pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces), que atualmente atua na coordenação da Rede MTI, contou com a valiosa colaboração de diversas pessoas e organizações parceiras da Rede MTI, em especial, aquelas que integram o *Grupo de Colaboração sobre Incidência*, que apresentaram casos nos ciclos de debates e, na sequência, se dedicaram a relatar suas experiências.

Assim, gostaríamos de registrar nossos sinceros agradecimentos às organizações e lideranças que contribuíram com relatos de casos e com a construção das recomendações que compõem esta publicação, e que, sem dúvida, apontam caminhos para enfrentamento aos grandes desafios que se colocam para o futuro da Amazônia, especialmente no contexto da crise global e do clima.

## Introdução: Monitoramento Territorial Independente como ferramenta para Justiça Socioambiental na Amazônia

Kena Azevedo Chaves  
Tainá Holanda Caldeira Baptista

Realizado por comunidades amazônicas em diferentes contextos, o Monitoramento Territorial Independente (MTI) diz respeito a um conjunto de práticas de cuidado, proteção e manutenção de territórios e modos de vida. Protagonizadas por lideranças e organizações de base, as iniciativas de MTI estão sustentadas em conhecimentos tradicionais sobre o território, cosmologias e modos de vida específicos, e têm ganhado força em toda a Amazônia, em especial em territórios atravessados por conflitos socioambientais, intensificados nos últimos anos pela fragilização de políticas públicas de conservação e proteção territorial.

Práticas de cuidado, manejo e vigilância dos territórios estão mescladas às atividades cotidianas, historicamente conduzidas por povos indígenas e comunidades tradicionais. Combinadas às caminhadas pela mata, atividades de caça, pesca, roça e coleta de frutos, as ações de monitoramento dão conta de observar aspectos diversos da sociobiodiversidade e das pressões sob as quais os territórios e povos estão sujeitos.

O Monitoramento Territorial Independente, como vem sendo nomeado por comunidades de base, povos indígenas, organizações da sociedade civil e instituições de pesquisa, traz uma importante camada de politização dessas práticas cotidianas, que são alçadas a ferramentas de defesa dos territórios e fortalecidas como estratégias de produção e governança de comuns.

A Rede de Monitoramento Territorial Independente (Rede MTI) é um projeto colaborativo, que tem como objetivo aproximar e fortalecer iniciativas, bem como as capacidades de monitoramento independente na Amazônia. Coordenada atualmente pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces), a Rede conta com mais de 50 iniciativas engajadas nos espaços de trocas e debates e, por meio de ações de pesquisa, mapeou cerca de 90 iniciativas de MTI em toda a Amazônia.

Embora seja possível identificar finalidades específicas das diferentes iniciativas, uma característica importante do MTI é que para sua realização são mobilizadas dimensões diversas da vida comunitária e dos modos de vida. Nesse sentido, iniciativas que monitoram aspectos socioculturais e socioeconômicos em geral monitoram também aspectos da sociobiodiversidade local, assim como técnicas e conhecimentos envolvidos em modos específicos de manejo da natureza. Os produtos dessas práticas de mane-

jo, como a pesca e produção de frutos, são comercializados ou consumidos pelas próprias comunidades, o que relaciona essa dimensão do monitoramento à segurança alimentar.

De forma complementar, iniciativas de monitoramento de invasões e ameaças buscam monitorar pressões e ações nocivas ocasionadas por agentes externos aos territórios, como impactos de infraestrutura e projetos extrativos, desmatamento, roubo de madeira, incêndios, grilagem, invasão de terras e garimpo, por exemplo. Essas ações nocivas ocorrem em regime de ilegalidade, contrariando o arcabouço normativo que assegura direitos às comunidades e povos no Brasil.

Por outro lado, iniciativas de monitoramento de impactos e pressões de projetos e empreendimentos por parte do Estado e de empresas privadas, buscam monitorar pressões exercidas contra as comunidades locais, que colocam em risco a autonomia sobre o território. O que diferencia esse tipo de “impacto e pressão” das “ameaças e invasões” anteriormente mencionadas é que os impactos e pressões de projetos e empreendimentos ocorrem com aval do Estado, autorizados por órgãos governamentais. Nesse sentido, são oriundos de interesses contraditórios por parte de diferentes agentes sociais em um mesmo território.

Combinando o registro e a produção de informações e conhecimentos sobre as comunidades e modos de vida, as ações de monitoramento fortalecem o engajamento comunitário e a participação de jovens, mulheres e anciãos nos espaços de tomada de decisão sobre o território e sobre os comuns. Ampliam a coesão comunitária e a transmissão dos conhecimentos tradicionais. Oportunizam o uso de ferramentas audiovisuais e tecnologias geoespaciais, com emprego de equipamentos tais como *drones*, *GPS*, celulares, computadores, gravadores de voz, câmeras de vídeo, cadernos, diários de pesca e de caça, articulando interesses dos jovens aos saberes das pessoas mais velhas das comunidades.

Como estratégia para produção de informação, o monitoramento aprofunda vínculos e parcerias com organizações da sociedade civil e instituições de pesquisa, favorecendo a interação entre diferentes perspectivas, cosmologias e regimes de conhecimento<sup>1</sup>, de forma a ampliar a capacidade de investigação, registro e uso das informações produzidas por ambas as partes. O monitoramento potencializa o encontro entre os conhecimentos tradicionais e científicos. Protocolos de validação da informação produzidos por pesquisadores e universidades são combinados com práticas, modos de fazer e conhecimentos tradicionais.

A partir do processo contínuo de vigilância, formulação de metodologias e sistematização de resultados, comunidades monitoradoras dão visibilidade às relações territoriais que fundamentam práticas de cuidado e manejo dos comuns. Os resultados provenientes são mobilizados como contra-informação, que

1 CUNHA, M. Cultura com Aspas. 2017.

questiona diagnósticos imprecisos e insuficientes, realizados por sujeitos externos. Desse modo, o MTI apresenta novas formas de produzir conhecimentos, que resultam do encontro e diálogo entre as comunidades, instituições de pesquisa, o próprio Estado e outros sujeitos sociais.

Diante do cenário de crise multidimensional, que atinge territórios amazônicos de forma específica e bastante perversa, o aprofundamento das desigualdades sociais e da vulnerabilização de povos e comunidades coloca-se como horizonte a ser combatido. A crise se mostra em muitas faces, desde a fragilização de direitos no Congresso, somada ao empobrecimento de comunidades, ao agravamento de conflitos, ameaças, perseguições e da violência de gênero, instalação ou aumento de atividades ilegais como roubo de madeira, desmatamento, grilagem, garimpo, narcotráfico, intensificadas pela vulnerabilização dos territórios e modos de vida relacionadas às mudanças do clima, compõem um mosaico complexo e que coloca a extrema urgência da orquestração de ações efetivas para proteção territorial e dos modos de vida e para conservação da sociobiodiversidade.

Uma vez que produz evidências capazes de qualificar a intensidade e complexidade dos desdobramentos da mencionada crise nos territórios, o MTI é campo fértil para a produção de soluções e construção de estratégias de incidência política. Apoiados nas ações de monitoramento, dossiês e relatórios embasam Ações Civis Públicas (ACP), articulações entre redes de atores e favorecem a pressão sobre o Estado para efetivação de políticas e direitos. Ao atuar em territórios onde a ação estatal é deficitária, muitas vezes como resposta à fragilidade das políticas públicas de proteção territorial, comunidades e organizações monitoradoras justamente convocam a ação do Estado, provocando a reflexão sobre o MTI como ação complementar à ação pública e que potencialmente pode co-produzir políticas de proteção, ampliando sua capilaridade e capacidade de efetivação.

Nesse sentido, os capítulos desta publicação são exemplos importantes da potência da organização comunitária e do MTI para proteção dos territórios. Com engajamento de jovens, mulheres, idosos, coloca em prática conhecimentos tradicionais, em interface com conhecimentos científicos, e agrega novas tecnologias às práticas históricas. Com objetivo de consolidar as trocas de experiências promovidas no âmbito da Rede MTI, em especial a partir do esforço realizado no ano de 2022 para o fortalecimento de estratégias de proteção de territórios e direitos conduzidas pelas organizações da sociedade civil e associações comunitárias que integram a Rede, este livro está composto por 11 capítulos, construídos por cerca de 31 autores e 12 organizações. Os casos trazem os aprendizados sobre as estratégias exitosas, formas de organização, desafios e resultados das ações de monitoramento e incidência conduzidas pelas organizações, em especial organizações comunitárias. Este conjunto precioso de casos, relatados<sup>2</sup>

<sup>2</sup> A equipe do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces), que atualmente coordena a Rede MTI, fez a mediação da escrita de alguns capítulos, apoiando as lideranças de base na sistematização dos relatos, aprendizados e recomendações. Antes de serem incluídos na publicação, os textos foram devidamente revisados e aprovados pelas lideranças que os assinam.

por povos indígenas, quilombolas, lideranças de agricultores familiares e integrantes de organizações da sociedade civil, compõem um mosaico que exemplifica tanto os conflitos instalados e as pressões vividas nos territórios, como a força da organização comunitária e das alianças construídas em torno da proteção de territórios e direitos na Amazônia.

Ao final de cada capítulo, foram elaboradas algumas recomendações, baseadas nos aprendizados das lideranças e organizações. As recomendações apontam caminhos para a ação tanto das comunidades e da sociedade civil, como iluminam as responsabilidades do Estado e de financiadores para a garantia de direitos dos povos e comunidades amazônicas. Ao final da publicação, a equipe do FGVces, sistematizou o conjunto de recomendações em um quadro organizado em cinco dimensões: Governança e Políticas Públicas; Organização Comunitária; Metodologias de MTI; Interface entre Regimes de Conhecimento e Cosmologias, e; Incidência sobre Financiadores. Estas dimensões vêm sendo construídas pelo FGVces por meio da pesquisa em curso sobre formas de abordagens do MTI, e resultam do cruzamento dos debates sobre produção e governança de comuns e sobre justiça socioambiental.

Neste enquadramento, comuns são entendidos como patrimônios comunitários, territórios coletivos, práticas, modos de fazer, dentre outros aspectos relacionados aos territórios, identidades e cosmologias. Partindo deste entendimento, o Monitoramento Independente é alçado tanto à ferramenta de governança dos comuns, como à prática que produz os comuns no cotidiano, resultando em novos sentidos e relações entre os sujeitos e destes com a natureza. Ao produzir e ressignificar os comuns, o MTI tem se mostrado ferramenta que apoia a construção de caminhos para a justiça socioambiental, essa última compreendida como resultado do desdobramento das discussões sobre racismo ambiental e ecologismo popular, entendida como um guarda-chuva amplo que deve combinar a justiça epistêmica, justiça climática, racial e de gênero.

Será preciso percorrer ainda longos caminhos, mas não há dúvidas de que os aprendizados das organizações e lideranças de base sobre a potência de suas estratégias de proteção dos territórios são pilares fundamentais dessa caminhada rumo à justiça socioambiental. Uma sociedade justa, com garantias de redistribuição, reconhecimento e representação<sup>3</sup>, poderá ser alcançada na medida em que puder reconhecer e apoiar-se nos conhecimentos e práticas tradicionais dos povos, assim como nas alianças entre povos, comunidades, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa, grupos dentro do próprio Estado e atores do campo progressista, articulados para consolidação e defesa de direitos e para a construção de alternativas planetárias.

<sup>3</sup> FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. 2006.

## Estratégias de proteção territorial conduzidas pelas comunidades do rio Manicoré, Amazonas

Jolemia Cristina Nascimento das Chagas<sup>4</sup>

Francisca Dionéia Ferreira<sup>5</sup>

Samir Eid Pessanha<sup>6</sup>

O município de Manicoré, localizado à margem direita do rio Madeira, no estado do Amazonas, está inserido em um contexto de vasta hidrografia, tendo como um dos seus principais tributários o rio Manicoré. Ao longo deste rio, vivem 15 comunidades tradicionais, que lutam, desde 2008, pela criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Manicoré. Uma RDS se conforma em uma Unidade de Conservação (UC) de domínio público, prevista na Lei nº 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC). A principal forma de organização engajada pela criação da RDS do Rio Manicoré é a Central das Associações Agroextrativistas do Rio Manicoré (Caarim).

O processo de estudo pela criação da RDS foi iniciado em 2009, com o início dos levantamentos ambientais e a delimitação propositiva da área da reserva. Desde então, a discussão pela criação da RDS percorreu um longo caminho. Em 2017 a Procuradoria Geral do Estado do Amazonas (PGE-AM) emite parecer sobre o resultado das consultas públicas ocorridas em Manicoré, consultas estas que encontraram resistência à criação da UC, especialmente a partir de atores do chamado distrito de Santo Antônio do Matupi, no KM-180 da BR-230, a Transamazônica, distrito este com fortes representações de madeireiros e pecuaristas com interesses nas áreas de uso comum das comunidades locais.

O apoio à Caarim pela continuidade do processo da RDS Rio Manicoré teve adesão da Rede Transdisciplinar da Amazônia (RETA), que fortaleceu as ações de incidência política pelo rio Manicoré, especialmente pelo engajamento de instituições parceiras, como o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces), o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam).

Em junho de 2021, a equipe do FGVces e RETA foram convidadas para apoiar a eleição da nova

4 Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces) e Rede Transdisciplinar da Amazônia (RETA).

5 Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces) e Rede Transdisciplinar da Amazônia (RETA).

6 Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces).

diretoria da Caarim. Na mesma ocasião, foi elaborada e assinada uma carta de apoio à Caarim enviada para o Ministério Público Federal (MPF), PGE-AM, Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM), Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), Governo do Estado do Amazonas, Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam), prefeitura municipal de Manicoré e Câmara municipal de Manicoré.

A partir do fortalecimento da Caarim, foi possível, em 2022 a assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (Ccdru) pelo governo do estado do Amazonas, para as comunidades do rio Manicoré, assegurando a proteção e uso comunitário de uma área de 389.932,6 hectares, englobando duas Terras Indígenas (TI), a TI Torá e a TI Rio Manicoré, e fazendo fronteira com a TI Sapoti e a TI Pirahã, além da Reserva Biológica (Rebio) de Manicoré. O Ccdru não garante a criação da RDS Rio Manicoré, demanda inicial dos comunitários da região. No entanto, se conformou em uma vitória por assegurar a titularidade e a proteção dos territórios do rio Manicoré.

### Estratégias e ações

A **criação da Caarim**, em 2006, pode ser compreendida como uma das primeiras estratégias de incidência importantes para o processo que culminou na expedição do Ccdru do rio Manicoré. A importância da **organização das comunidades em torno de uma central tornou possível a articulação, o engajamento e o fortalecimento para o objetivo de tornar a criação da área protegida uma realidade**, pedido protocolado em 2009. Além disso, também reforçou a imagem da região do rio Manicoré como região de povos tradicionais extrativistas e indígenas. A partir da sua criação, a Caarim então passou a organizar suas próprias estratégias de incidência política, que a impulsionou a se tornar uma das principais organizações comunitárias de Manicoré.

Desta forma, a partir da **organização das demandas e objetivos da Caarim** para com o rio Manicoré, a Central passou então a espriar a importância da luta conjunta e engajada, assim como a **contribuir com o fortalecimento das capacidades das outras organizações locais**, tanto do rio Manicoré quanto da região. Esta ação também contou com esforços de mobilização e discussão com as demais comunidades, algumas que não integram a base da Caarim mas que estão inclusas no Ccdru do rio Manicoré, acerca da importância do processo de luta pela criação da área protegida.

O processo de **mobilização comunitária** exigiu a contínua organização e produção de **levantamentos científicos e técnicos** acerca da região rio Manicoré, especialmente para a sensibilização comunitária sobre as pressões e ameaças em torno da região, em rodadas de engajamento comunitário. Neste senti-

do, foi importante o envolvimento de parceiros<sup>7</sup> com a luta da Caarim, que para além do apoio técnico, contribuiu com recursos para as ações de mobilização da Caarim.

Um exemplo foi a articulação com o Estado, a **construção e formação para a participação de representantes** da Caarim em reuniões com o poder público para compartilhamento da demanda acerca da RDS/Ccdru. Inicialmente, foi importante a relação entre Caarim e RETA, que auxiliou a central a organizar as pautas, demandas, traçar objetivos para com a região do rio Manicoré e articular representantes do poder público, como a PGE-AM e a DPE-AM.

Posteriormente ações de **levantamento pela própria Caarim e parceiros**, como a expedição realizada em 2021 até a Rebio de Manicoré, que possibilitou o conhecimento do estado da reserva, e compreender a origem dos impactos que a região do rio Manicoré vem sentindo. Foram mapeados 06 ramais ilegais, pátios de madeira nas áreas de uso comum das comunidades, e próximos à TI Rio Manicoré.

O que culmina com a estratégia de incidência bem-sucedida, por resultar na conquista do Ccdru, foi o **convencimento do poder público sobre a importância da área protegida**. A Caarim e comunitários do rio Manicoré, com apoio dos parceiros, conseguiram tornar a demanda por proteção do rio Manicoré uma pressão para o poder público. Em 2021, a Caarim esteve em reunião com parceiros e poder público, como MPF, PGE-AM e SEMA, para compartilhamento da situação que a região do rio Manicoré vinha enfrentando, e demandar a continuidade do processo de criação da UC.

Outra estratégia importante foi a **disseminação de informações e notícias sobre o contexto, pressões e organização comunitária na bacia do rio Manicoré** por intermédio de contínuas reportagens publicadas por veículos jornalísticos regionais e nacionais, que objetivou sensibilizar as autoridades e possíveis organizações. Foi por intermédio deste compartilhamento que outros atores se tornaram parceiros da Caarim no processo, como foi o caso do *Greenpeace*, que passou a desenvolver ações em conjunto com a Caarim por tomar conhecimento por meio das ações de disseminação de informações sobre o rio Manicoré.

## Resultados e desafios

De início, é preciso compreender o que é o Ccdru. Este instrumento jurídico transfere o direito real de uso da terra ao indivíduo ou comunidades, por prazo indeterminado e gratuito. O Ccdru não transfere a propriedade da terra ao beneficiário, somente o direito real de uso, permanecendo a terra em nome

<sup>7</sup> Alguns exemplos de reportagens sobre o rio Manicoré, como estratégia de incidência: “Nova Transamazônica”: reconstrução da BR-319 começa sem estudo de impacto ambiental <<http://surl.li/frqrt>> . “Em busca de um território protegido” <<http://surl.li/frrsf>> . “Comunidades do rio Manicoré lutam para viver” <<http://surl.li/frtrd>> . Acesso em mai. de 2023.

do poder público, garantindo assim a permanência destas terras como bem público. O Ccdru garante o acesso às políticas públicas e de proteção ambiental.

**Um ponto importante para o processo do Ccdru do rio Manicoré foi a parceria com a DPE-AM e com a PGE-AM.** A Defensoria foi importante durante o momento de mobilização nas comunidades do rio Manicoré, especialmente naquelas em que havia oposição à criação da área protegida. Atualmente acompanha o processo de organização da Central para implementação do Plano de Gestão e demais ações. Já o contato com a PGE-AM, de primeiro momento, foi intermediado pelos parceiros, que conseguiram articular uma reunião entre Caarim, RETA e PGE-AM. A partir deste ponto, a PGE-AM entra como ponte para articulação entre Caarim e o governo do estado do Amazonas, no papel da SEMA e da Secretaria de Estado de Cidades e Territórios (SECT)<sup>8</sup>. **A força do apoio do poder público foi importante para dar continuidade no processo de construção do Ccdru do rio Manicoré, que estava enfrentando resistência pelo poder público estadual.**

Por exemplo, o ritual solicitado pela SEMA foi a partir da seguinte dinâmica: assinaturas das lideranças comunitárias foram reunidas, o estudo de criação da UC foi elaborado e entregue para o poder público e audiências foram realizadas. No entanto, de acordo com as comunidades do rio Manicoré, a SEMA foi constantemente realizando novas exigências, como aval da prefeitura municipal de Manicoré.

O apoio da PGE-AM também foi importante para a descoberta, em 2021, de que o processo da RDS rio Manicoré estava arquivado, sem o conhecimento prévio dos comunitários. Ativamente, a PGE-AM articulou reunião com a SECT e SEMA, para discutir o processo da área protegida de Manicoré.

Neste sentido, no fim de 2021 a Caarim, com apoio da PGE-AM, RETA e demais parceiros, se reuniram com a SECT para a elaboração de Nota Técnica descritiva sobre o rio Manicoré, objetivando a instrução do processo para a emissão do Ccdru coletiva, reiniciando assim o processo. Cabe apontar que o desejo dos comunitários do rio Manicoré era pela criação de uma unidade de conservação, a RDS rio Manicoré. No entanto, uma vez reunidos com o poder público, foi informado que a proposta que estava na mesa era pelo Ccdru, que no documento era denominada como Território de Uso Comum (TUC) do rio Manicoré, que acabou sendo aceito pelos comunitários.

O TUC então é resultado do processo de negociação e luta pela proteção dos territórios do rio Mani-

<sup>8</sup> Secretaria estadual responsável por identificar áreas passíveis de regularização fundiária e outorgar títulos de propriedade do Estado do Amazonas.

coré, não incorporando a demanda inicial das comunidades, sendo uma alternativa discutida no âmbito do Fórum Diálogo Amazonas<sup>9</sup>. O TUC não se conforma em uma UC, o que não insere os territórios no sistema de UCs estaduais do Amazonas. **No entanto, garante aos comunitários o direito do uso da terra, o reconhecimento e acesso a políticas públicas e a proteção do Estado para seus territórios.** O Ccdru foi uma alternativa apresentada pela SECT, SEMA e PGE-AM, sendo o TUC um resultado do processo, como uma nova categoria fundiária, que visa atender populações tradicionais e indígenas em áreas estaduais. A entrega do Ccdru foi feita pelo governador do Amazonas, durante uma das reuniões do “Governor’s Climate & Forests Task Force” (GCF Task Force) dia 17 de março de 2022.

A partir disto, a Caarim passa então a se organizar para a elaboração e implementação do Plano de Ação do TUC, contando com o apoio dos parceiros, tanto aqueles que apoiam desde o início, como a RETA, quanto com novos parceiros, como o *Greenpeace*, que passou a apoiar a Caarim, tendo desenvolvido o levantamento biótico e abiótico do TUC do rio Manicoré previsto no Plano.

No entanto, o Plano de Ação do TUC ainda se conforma em um desafio para a Caarim, visto que é necessário o apoio do poder público e articulação dos parceiros para a sua implementação. Um exemplo deste desafio é a não realização do levantamento socioeconômico do TUC do rio Manicoré, previsto como responsabilidade da SECT pelo Ccdru e Plano de Ação.

Desta forma, um desafio para a continuidade da efetividade do objetivo de proteção do rio Manicoré perpassa a manutenção do engajamento comunitário e dos parceiros, assim como o contínuo investimento do poder público em tornar o TUC uma realidade fora do papel. Várias atividades do Plano de Ação do TUC vêm sendo colocadas em prática, visando garantir a proteção, monitoramento, fiscalização e governança do rio Manicoré. Outro desafio é o compartilhamento de experiências com outros territórios que passaram pela expedição de um Ccdru e do TUC, especialmente para o aprimoramento do que seria a governança ambiental do rio Manicoré a partir da organização comunitária fortalecida e articulada.

Por último, é importante garantir a participação das lideranças em espaços de diálogo sobre proteção territorial e fundiária, onde a Caarim possa compartilhar sua atuação política em defesa do território e conquista do Ccdru do TUC do rio Manicoré.

<sup>9</sup> O Fórum Diálogo Amazonas é uma iniciativa do IEB em conjunto com o MPF, PGE-AM, CNS e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), constituindo um espaço de diálogo sobre a regularização fundiária de UCs federais no estado do Amazonas.

## Recomendações

-  Apoiar e integrar as comunidades onde as ações serão desenvolvidas, incluindo a elaboração dos projetos e ações. Os territórios já possuem suas prioridades e ações em curso, por isso a importância do envolvimento de lideranças e comunidades;
-  Reconhecer as capacidades dos próprios territórios. Neste sentido, é importante articular e fortalecer os atores locais e seus processos. É preciso escutar as pessoas, e usar os seus potenciais para incidir. Se as situações exigirem complexidade, um caminho indicado é contar com o apoio de outros atores e instituições;
-  Considerar a sociedade civil no processo de execução dos projetos, pois uma vez encerradas as ações, os atores continuam no território. Os processos precisam avançar, com sociedade civil e territórios fortalecidos pelas ações anteriormente executadas;
-  Somar esforços com os instrumentos e ações que já existem nos territórios, com representantes dos territórios que já estão tocando os processos, fortalecendo assim as atuais e futuras lideranças comunitárias;
-  Desenvolver estratégias de comunicação sobre a situação dos territórios, pressões, riscos, ações, envolvimento e responsabilização do poder público para com os territórios.

## Autodemarcação e vigilância indígena da Terra Indígena Maró no Pará\*

Adenilson Alves de Souza<sup>10</sup>

Apolonildo Borari<sup>11</sup>

Dioclécio Matos Arapiun<sup>12</sup>

Higino Alves Borari<sup>13</sup>

José Clenilson Arapiun<sup>14</sup>

José Odair Arapiun<sup>15</sup>

José Nivaldo Arapiun<sup>16</sup>

Lidiane Borari<sup>17</sup>

Odair José Borari<sup>18</sup>

A Terra Indígena (TI) Maró, banhada pelo rio de mesmo nome e situada na região do Baixo Tapajós, é território de dois povos indígenas, Arapiuns e Borari. Em 2011, foi identificada oficialmente pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), por meio do Relatório de Identificação e Delimitação, uma extensão territorial de 42 mil hectares, localizada na Gleba Nova Olinda I, no município de Santarém (Oeste do Pará).

Em 2014, a Justiça Federal declarou a inexistência da TI Maró, conseqüentemente negando a viabilidade do estudo realizado pela Funai. No mesmo ano, o Ministério Público Federal (MPF) recorreu judicialmente por reconhecer que não cabe à Justiça Federal negar ou reconhecer identidade indígena. A decisão foi anulada em 2016 pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), mantendo, assim, o reconhecimento da TI pela Funai. De acordo com resultados de uma operação realizada pelo Ministério Público Federal do Pará (MPF-PA), Funai e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) à época, era forte a presença de madeireiros na região, que aliciavam comunitários em troca do apoio contra a delimitação da TI.

10 Vigilante T.I Maró e Coordenador Sistema Organizacional de Ensino Indígena (SOME) – 5ª DRE / Seduc - PA.

11 Vigilante e Cacique Aldeia Novo Lugar.

12 Vigilante e Cacique Aldeia Cachoeira do Maró.

13 Vigilante e Cacique / Pajé da Aldeia Novo Lugar.

14 Vigilante e Cacique Aldeia São José III.

15 Vigilante e Cacique da Aldeia Cachoeira do Maró.

16 Vigilante.

17 Mestranda do Programa em Educação Escolar Indígena - UEPA / Unifespa / Ufopa.

18 Vigilante e Cacique Geral da T.I Maró.

\* Samir Eid Pessanha e Tainá Holanda Caldeira Baptista, pesquisadores do FGVces, foram mediadores da escrita deste capítulo.

Desde então, os povos Borari e Arapiuns empregam esforços para fortalecer a luta pelo reconhecimento e pela proteção de seu território<sup>19</sup>. No contexto de crescimento das ameaças, marcado pelo aumento da presença madeireira na região decorrente da concessão de áreas para exploração florestal e pela destinação de títulos de propriedade pelo poder público do Pará sobrepostos ao território indígena, os povos Borari e Arapiuns ampliaram a organização territorial. Em busca de responder aos desafios relacionados ao processo de destinação das terras para a criação da TI e à invasão de madeireiros, em 2007 as três aldeias que compõem o território deram início à autodemarcação da TI Maró como estratégia de incidência, antes mesmo da Funai instituir o Grupo de Trabalho (GT) para georreferenciamento de identificação e delimitação após a autodemarcação.

Como consequência das ações de autodemarcação, parte das madeiras que exploravam a concessão florestal deixaram o território. Estimulados por essa vitória, os povos iniciaram, em 2011, o monitoramento territorial independente, que se tornou uma ação permanente, denominada como “Vigilância Indígena”, cuja eficiência chamaria a atenção especialmente do poder público, em razão dos bons resultados alcançados.

Entretanto, o processo de demarcação da TI Maró ainda aguarda a ação do Estado. A demarcação oficial, homologação e registro da TI, são demandas dos povos e figuram dentre os objetivos das ações de incidência. Nesse sentido, o processo de autodemarcação e a instituição da equipe de vigilância indígena foram ações que fortaleceram e implementaram uma agenda de incidência política direcionada para a proteção territorial. A partir dessa agenda, os povos buscam visibilizar os esforços comunitários para a efetivação da demarcação e proteção da TI Maró.

### Estratégia e ações

Como importante estratégia, foi fortalecida a **organização territorial** para realização da **autodemarcação da TI Maró, ação em que os povos** percorrem as fronteiras do território e toda a extensão de 42.372 hectares. A autodemarcação contribuiu para as primeiras ações que culminaram na organização do **monitoramento territorial independente da TI**. Após os resultados positivos advindos dessas ações, a Funai promoveu um curso de formação para vigilantes indígenas, e em seguida passou a oferecer ajuda de custo aos vigilantes que conduziam o monitoramento para proteção territorial como contrapartida.

A participação no curso foi considerada uma oportunidade pelas lideranças da TI Maró, e teve como desdobramento a formação da primeira equipe de vigilantes do território. A **formação dos vigilantes e**

<sup>19</sup> DAMASIO, K. Na luta por demarcação de terra no Pará, indígenas enfrentam novas ameaças. 2021. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2021/02/na-luta-por-demarcacao-de-terra-no-para-indigenas-enfrentam-novas-ameacas>>. Acesso em mai. de 2023.

posterior criação da equipe de “Vigilância Indígena”, como foi denominada a iniciativa responsável pelas ações de monitoramento, consistiu na segunda estratégia de incidência. Considerando que a remuneração das ações de vigilância, ainda que bem vinda, poderia ser descontinuada a qualquer momento pela Funai, as lideranças iniciaram intenso trabalho de **conscientização comunitária sobre a importância da continuidade do monitoramento para proteção do território**, com ou sem apoio do poder público. Posteriormente, a remuneração foi descontinuada, mas a Vigilância se intensificou no território.

Arelada à busca de conscientização sobre a importância do monitoramento, mais uma estratégia de incidência foi o **aprimoramento das ações de vigilância do território**, por meio da realização da coleta de dados durante momentos cotidianos vivenciados pelos povos. Assim, se durante o dia a dia alguém perceber algo diferente no território, é possível comunicar o fato para o coordenador geral de vigilância, que será o responsável por estruturar quais ações precisam ser encaminhadas junto à Equipe de Vigilância oficial. Além disso, foram organizados pontos de referência, como são chamados os pontos de apoio, tanto para ações cotidianas quanto para as ações de vigilância programadas do território.

Cabe mencionar, ainda, a **participação das mulheres nas ações de monitoramento**, assim como nas reuniões e espaços decisórios sobre o tema. Nesses espaços, as mulheres **compartilham conhecimentos e incorporam suas perspectivas e necessidades** à agenda do monitoramento, mas sempre a partir da compreensão de que a luta é uma só, orientada pela garantia e proteção do território.

Outra importante estratégia construída diz respeito à importância do **aprimoramento e estruturação das ações de vigilância, incluindo a construção e fortalecimento de uma gestão territorial estratégica**. Entre outras questões, essa gestão inclui a necessidade de ampliação dos recursos de apoio ao monitoramento, como alimentos não perecíveis, equipamentos de segurança individual (para adultos e crianças), tecnologias da informação (como GPS e celulares) e combustível para o transporte. As primeiras ações de autodemarcação da TI Maró foram realizadas sem o apoio desses equipamentos de tecnologia, veículos e infraestrutura para mobilidade, o que tornou o trabalho muito mais árduo e lento do que poderia ser. Atualmente os vigilantes contam com veículos para as ações de monitoramento e vigilância, diminuindo assim o tempo que levariam para cobrir o território.

Para que as estratégias citadas tenham resultado, foi preciso o estabelecimento de estratégias de comunicação, a exemplo da instituição de pontos de referência e da existência de um coordenador geral de vigilância, como mencionado anteriormente. A **comunicação é especialmente focada no compartilhamento dos resultados das ações de vigilância e visibilização da situação e desafios da TI Maró**, assim como na experiência de gestão do território, que inclui o processo de autodemarcação. Em uma tentativa de ampliar a comunicação, esses **resultados foram compartilhados com outros povos**, como os

Tupinambá e Munduruku, por exemplo, por intermédio de uma equipe de indígenas responsável por conduzir formações e compartilhar experiências com outros territórios.

Por conseguinte, combinada com a estratégia de comunicação, cabe salientar a importância da **contínua produção de dados sistematizados em relatórios e dossiês para denúncias sobre invasões e outras ameaças** na TI Maró – estratégia de incidência eficiente e contínua que resultou na retirada de todos os invasores e no impedimento de novas invasões no território. Até hoje, todas as ações de vigilância resultam na produção dos relatórios, cujo tratamento dos dados é realizado por uma equipe específica responsável pela análise e estruturação do material, de modo que seja compatível com o formato para denúncias aceito pelo poder público.

Os relatórios também são utilizados como instrumento de **visibilização do trabalho de monitoramento realizado na TI Maró** e para angariar novos apoios e parcerias, em especial para direcionamento de recursos para logística e para a compra de equipamentos tecnológicos. Neste sentido, um ponto importante é o exercício do **trabalho em rede**.

Além disso, o compartilhamento de estratégias e conquistas, e o apoio de outros atores – como no caso do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA), instituição criada em 2000, de representação política dos 14 povos indígenas dos municípios de Santarém, Belterra e Aveiro, incluindo os Povos Borari e Arapiuns – foram fundamentais durante o processo de autodemarcação da TI Maró. A atuação em rede é, ainda hoje, uma estratégia para disseminação das ações de monitoramento independente para proteção de territórios na região do Tapajós.

Como desdobramento do processo de vigilância e da autodemarcação da TI Maró, a agenda de proteção ambiental e de monitoramento independente foram incluídas no projeto político pedagógico (PPI) das escolas indígenas – consistindo na oitava estratégia de incidência desenvolvida. O objetivo é a **conscientização das crianças e jovens sobre os desafios e importância da gestão territorial** e da construção do aprendizado escolar com base nas realidades e saberes tradicionais do povo, compreendendo que a escola e a educação escolar indígena representam papel fundamental na proteção territorial. No entanto, essa iniciativa para a educação escolar indígena encontrou resistência por parte do poder público municipal, com a alegação de não estar alinhada com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o que levou o corpo docente indígena a adaptar o objetivo inicial, e compartilhar o conhecimento por intermédio de oficinas coletivas.

## Resultados e desafios

Um primeiro resultado dos esforços da organização comunitária na TI Maró no âmbito da incidência política foi o próprio processo de **autodemarkação do território, e como consequência a estruturação das ações de vigilância**. Por intermédio do processo de autodemarkação, foi constatado que 5% da área da TI estava sendo utilizada por madeireiros em decorrência de uma concessão pública para exploração de madeira. Conectado a este ponto, um importante resultado foi o fortalecimento por meio do monitoramento independente das ações de manejo do território – atividades de roça, pesca e caça, por exemplo –, além da estruturação de bases de vigilância que fortalecem a proteção territorial.

O **movimento indígena reconquistou o direito ao uso da totalidade da área do território**, iniciando um processo de recuperação ambiental nas partes degradadas pelos madeireiros. Outra conquista angariada a partir das ações de vigilância foi o cancelamento de outros projetos de manejo concedidos a grupos não indígenas existentes dentro da TI Maró, incluindo uma liminar, obtida em 2018, que coíbe o Estado de aprovar qualquer projeto de manejo enquanto não for concluído o processo de demarcação.

A **estratégia de conscientização sobre a importância da vigilância realizada pelos próprios indígenas** pode ser considerada como outro resultado positivo da organização comunitária. A partir desse esforço, o número de pessoas que participam das ações de monitoramento territorial aumentou. Além disso, **a temática da proteção territorial passou a ser discutida e promovida no âmbito da educação escolar indígena desenvolvida na TI Maró**. Esta estratégia também foi importante para fortalecer o papel das mulheres nas ações de vigilância e valorizar os conhecimentos tradicionais.

Apesar das vitórias, cabe salientar alguns desafios enfrentados no processo de autodemarkação e na gestão da TI Maró. Como exemplo, é possível citar a necessidade de fortalecimento do potencial de negociação das comunidades com o poder público, fruto da experiência das lideranças.

Por fim, considerando que um dos desafios para a estruturação das ações da equipe de vigilância indígena é o custeio da logística, incluindo combustível, alimentação, equipamentos e tecnologias, a visibilidade que a TI Maró alcançou por meio de parcerias internacionais é outro resultado evidente, por meio do qual foram firmadas parcerias com a Nikon, empresa de equipamentos e tecnologia de fotografia, e a Fundação Ford.

## Recomendações

-  Promover a conscientização comunitária a respeito da importância da proteção territorial, por meio da disseminação de informações e metodologias sobre o monitoramento independente;
-  Estruturar um protocolo de ações de vigilância possíveis de serem executadas a partir da realidade do território, especialmente combinado com a rotina comunitária, incluindo atividades cotidianas de manejo, cuidado e educação;
-  Organizar uma estratégia de produção de dados e comunicação dos resultados prática e eficiente, a partir da construção de relatórios, dossiês e outros formatos aceitos pelos órgãos de Estado como denúncias, com atenção para o processo de tratamento e segurança das informações coletadas;
-  Fortalecer as ações de vigilância indígena a partir da parceria com outras instituições e atores nacionais e internacionais, aproveitando as potencialidades da atuação em rede, a exemplo da possibilidade de troca de experiências e disseminação prática de informações qualificadas;
-  Incorporar noções e aprendizados das ações de proteção territorial e metodologias de monitoramento independente no planejamento educacional das escolas indígenas, a partir da própria vivência das comunidades.

## Monitoramento independente e uso de tecnologias para proteção da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau

Ivaneide Bandeira Cardozo<sup>20</sup>

Samir Eid Pessanha<sup>21</sup>

Tainá Holanda Caldeira Baptista<sup>22</sup>

A Terra Indígena (TI) Uru Eu Wau Wau, localizada no estado de Rondônia<sup>23</sup>, abriga o povo Uru Eu Wau Wau, que se autodenomina Jupaú, além de outros povos, tais como o povo Amondawa e o povo Oro Towati (Oro Win), e cinco povos isolados: Yvyraparakwara, Jururey e três outros, que por ainda não ter ocorrido nenhum contato possuem seus nomes desconhecidos.

Em 1985, foi declarada a posse permanente da área a favor dos povos que vivem em seu interior, e a TI foi homologada por decreto em 1991, após anos de disputa entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF)<sup>24</sup>.

A TI abrange 1.867.117 hectares, sendo que parte dessa área se encontra em situação de sobreposição com o Parque Nacional (Parna) de Pacaás Novos, criado em 1979. Apesar disso, os povos que nela habitam sofrem intensa pressão, aprofundada ao longo da década de 1980, em decorrência da abertura de estradas, exploração ilegal de madeira, produção agropecuária e construção de usinas hidrelétricas.

Nesse período, as comunidades indígenas da TI sofreram alarmante decréscimo populacional, passando de 250, em 1981, para 89 pessoas em 1993, especialmente entre indígenas Jupaú. Diversas causas levaram à queda na população, dentre as quais sucessivas doenças que atingiram as aldeias, principalmente as do tipo infecto-respiratórias, e conflitos decorrentes da abertura da rodovia BR-364, que intensificou a exploração de madeiras, grande parte ilegal. Outro conflito que também está

20 Associação Etnoambiental Kanindé.

21 Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces).

22 Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces).

23 A TI Uru Eu Wau Wau está compreendida entre os municípios de Alvorada D'Oeste, Governador Jorge Teixeira, Campo Novo de Rondônia, Mirante da Serra, Nova Mamoré, Monte Negro, Cacauplandia, Costa Marques, Jarú, Guajará Mirim, São Miguel do Guaporé e Seringueiras no oeste de Rondônia.

24 BAPTISTA; T. H. C.; CHAVES, K. A.; CARDOZO; I. B. Invasões na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, do Povo Jupaú. Disponível em: <<https://agroefogo.org.br/blog/2022/10/05/invasoes-na-terra-indigena-uru-eu-wau-wau-do-povo-jupau/>>. Acesso em abr. de 2023.

relacionado com a abertura da BR-364 diz respeito à instalação de um projeto de assentamento no interior da TI, gerando situação de litígio entre Funai e Incra. O litígio resultou da expedição, de maneira indevida por parte do Incra, de 113 títulos de posse no âmbito do Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) “Burareiro”, sobreposto ao território indígena.

Outro vetor de ameaça mais recente ao povo Uru Eu Wau Wau são as usinas de Santo Antônio e Jirau, cuja operação, combinada com o desmatamento em função de atividades agropecuárias, transformou regimes de cheia e seca na região, intensificando inundações e alagamentos em períodos chuvosos, o que impacta especialmente os roçados e desencadeia entre as comunidades situações de insegurança alimentar.

Diante desse contexto, os povos da TI Uru Eu Wau Wau têm consolidado caminhos para a sua proteção territorial. Como importante parceira, a Associação de Defesa Etnoambiental “Kanindé”, criada em 1992, com sede em Porto Velho, atua historicamente no apoio a iniciativas de fortalecimento dos povos, a exemplo das ações de monitoramento independente do território. Dentre as ações mais recentes destacam-se a criação e uso do Sistema de Monitoramento de Desmatamento Kanindé (SMDK) e a elaboração e compartilhamento de dossiês com informações e dados sobre invasões e outras ameaças, produzidos por meio do monitoramento independente, com finalidade de visibilizar e fortalecer a luta dos povos da TI Uru Eu Wau Wau pela garantia dos seus direitos.

### Estratégias e ações

O **acompanhamento de transformações, impactos e ameaças dentro dos limites do território e a estruturação de uma iniciativa bem-sucedida de monitoramento territorial independente**, desenvolvida por intermédio de ações cotidianas – a exemplo de caminhadas e atividades de manejo pelo território durante as quais os indígenas permanecem atentos e buscam perceber possíveis situações de ameaça – combinadas com ações programadas realizadas por equipes de vigilância, podem ser entendidos como as primeiras estratégias de incidência organizadas pelo povo Jupaú da TI Uru Eu Wau Wau.

Por meio das ações de monitoramento, são realizadas **a coleta e a sistematização de dados e informações sobre ameaças e impactos**. Como segunda estratégia de incidência, os **dados sistematizados são compartilhados** com organizações parceiras, como a Associação Kanindé, que utilizam a informação gerada como fundamento para a **construção de dossiês e para embasar denúncias** em conjunto com os indígenas. Um exemplo emblemático é o caso de uma denúncia, protocolada em 2016 junto ao Ministério Público Federal (MPF), que culminou em operações de fiscalização realizadas em 2017 (Operação Jurerei) e em 2019 (Operação Terra Protegida). Ambas as operações foram cruciais para que o MPF constatasse a presença de organizações criminosas constituídas por grileiros, madeireiros e garimpeiros dentro

dos limites da TI. Mais recentemente, a Justiça Federal atendeu ao pedido do MPF e determinou que a União e a Funai se articulem com o governo estadual de Rondônia e com o Icmbio para a construção de um plano de ação continuada para a proteção da TI<sup>25</sup>.

É possível entender a **produção de informações para organização das denúncias** como a base da incidência política construída, por sua vez sustentada em ações de articulação e de fortalecimento da base. A **disseminação eficiente das informações produzidas** requer a presença dos indígenas em espaços de visibilidade, em âmbito nacional e internacional, para **partilhar ameaças, desafios e conquistas da luta pela proteção ambiental**. A partir desses espaços, é possível comunicar para o restante da sociedade os diferentes níveis de complexidade que os povos, especialmente na Amazônia, enfrentam no cotidiano, **aproximando a realidade indígena do restante da sociedade brasileira**.

Com base na iniciativa de monitoramento territorial independente bem-sucedida, realizada por intermédio de ações cotidianas combinadas com ações de vigilância do território, que envolve caminhadas nas regiões pressionadas, durante as quais indígenas permanecem atentos e buscam perceber possíveis situações de ameaça – as **informações sistematizadas são disseminadas através de uma rede de comunicação entre os indígenas e parceiros**. A **comunicação em rede permite a troca de informações e o acionamento das demais equipes responsáveis pelo monitoramento**. No entanto, as denúncias e os dossiês oriundos dessas ações por vezes acabam não obtendo respaldo sério por parte da Funai ou outros órgãos do poder público que deveriam interceder para proteção do território, mas exigem comprovação por parte dos indígenas. Essa exigência coloca a vida dos indígenas em perigo, já que preocupados em atender à Funai e demais órgãos, se dirigem aos locais de invasões para fotografar e tirar coordenadas geográficas.

Buscando minimizar o perigo e garantir as informações e a proteção do grupo de monitores indígenas, os povos da TI Uru Eu Wau Wau, em parceria com a Associação Kanindé, desenvolveram o **SMDK, plataforma de monitoramento territorial remoto**. A plataforma busca **qualificar os dados e informações sobre o desmatamento**, um dos grandes desafios enfrentados. Além disso, o uso do SMDK para monitoramento remoto garante **maior segurança para as equipes de vigilância e autonomia na gestão do banco de dados e segurança da informação produzida**. A plataforma utiliza diferentes tecnologias e imagens de satélite disponíveis, como informações do Deter, do Mapbiomas e *Planet*<sup>26</sup> e sua construção e uso pelas equipes indígenas no território consiste na quinta estratégia de incidência.

25 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). MPF obtém decisão que obriga governo federal a proteger Terra Indígena Uru Eu Wau Wau. 2023. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2023/02/07/mpf-obtem-decisao-que-obriga-governo-federal-a-protoger-terra-indigena-uru-eu-wau-wau/>>. Acesso em abr. de 2023.

26 O Deter, Mapbiomas e Planet são sistemas de monitoramento da evolução da cobertura vegetal e desmatamento, sendo o Deter um sistema público, o Mapbiomas uma rede/sistema colaborativo e o Planet uma iniciativa privada.

Para o desenvolvimento do SMDK, a Kanindé contou com o apoio e a colaboração da *World Wide Fund for Nature (WWF)* e dos povos indígenas Jupaú, que participaram da elaboração do sistema. A plataforma permite obter informações em tempo real, subsidiando ações efetivas no território<sup>27</sup>. As comunidades na TI Uru Eu Wau Wau utilizam o SMDK e contam com smartphones para a coleta e o compartilhamento dos dados, que são validados por técnicos da Kanindé. A utilização do novo sistema trouxe resultados positivos possibilitando a reativação de uma base da Funai no interior da TI, em grande parte pelo esforço dos próprios indígenas e da Kanindé, que impulsionaram a agenda de monitoramento no território.

Com a segurança do SMDK, os indígenas e a Kanindé fizeram um acordo verbal com a equipe de índios isolados e a Funai de Brasília para reativação da base conhecida como “Base Monte Negro” ou “Barreira II”, e vêm mantendo durante todo o ano esta base funcionando com a presença de indígenas, servidores público e manutenção do local, que tem sido o ponto de referência e apoio para o desenvolvimento das ações de fiscalização e monitoramento.

Como próxima estratégia de incidência é possível citar o **estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil, movimentos sociais e lideranças políticas**, a partir das quais as comunidades conseguem avançar na divulgação de informações, captação de recursos e direcionamento de equipamentos e tecnologias para as ações de monitoramento independente e vigilância territorial. Através dessas parcerias são produzidos outros tipos de materiais, incluindo formatos audiovisuais voltados para a comunicação popular e divulgação, como reportagens e filmes, a exemplo do documentário “O Território”, dirigido por Alex Pritz em parceria com a Associação do Povo Indígena Uru Eu Wau Wau e Kanindé, e lançado em 2022.

Por fim, os povos localizados na TI Uru Eu Wau Wau, sobretudo indígenas Jupaú, têm se empenhado na **promoção de processos formativos no interior das próprias comunidades e para outros povos que sofrem ameaças e impactos em territórios na Amazônia**. Assim, dinâmicas de auto formação organizadas pelas equipes indígenas e Kanindé buscam promover a **sensibilização, capacitação e organização comunitária para proteção territorial**. Esta estratégia vai além da formação para atuação no monitoramento territorial e na sistematização e análise de dados, estando também voltada para a disseminação, entre aldeias localizadas no interior da própria TI Uru Eu Wau Wau, de conhecimentos e habilidades para o encaminhamento das demandas que resultam das ações de monitoramento, a exemplo da produção de denúncias (ligadas a ações civis ou públicas, por meio do apoio do MPF) e realização de outros procedimentos e ações cabíveis.

Além disso, as equipes indígenas da TI Uru Eu Wau Wau compartilham, por meio de **oficinas de formação voltadas para outros povos indígenas**, conhecimentos sobre metodologias de monitoramento e

<sup>27</sup> WWF. Sistema de Monitoramento Ambiental completa 6 meses em Rondônia. 2023. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?84741/Sistema-de-Monitoramento-Ambiental-completa-6-meses-em-Rondonia>>. Acesso em abr. de 2023.

vigilância dos territórios e uso de aplicativos, tecnologias e equipamentos, além de estratégias de comunicação, incluindo a divulgação dos resultados das ações de monitoramento.

### Resultados e desafios

Tomando a produção de informação qualificada sobre o território como passo fundamental das ações de incidência, o desenvolvimento e uso do SMDK nas ações de monitoramento da TI merecem destaque. **As informações e a tecnicidade na utilização de sistemas de monitoramento remoto permitiram que a luta pela proteção da TI Uru Eu Wau Wau ganhasse mais força, e o uso do SMDK embasou ações de fiscalização e de tomadas de decisão pelo poder público.**

Atualmente, o SMDK abrange 22 TIs em Rondônia, totalizando 6,4 milhões de hectares e beneficiando diretamente mais de 5 mil habitantes dos territórios. As ações de monitoramento independente, tanto da TI Uru Eu Wau Wau quanto de outros territórios, contribuíram para a interrupção da proposta de desafetação de 80% da Resex Jaci-Paraná e de 20% do Parque Estadual Guajará-Mirim pelo MPF, derrubando a Lei Complementar nº 1.089/2021, apresentada pelo governo estadual de Rondônia<sup>28</sup>, que atingiria principalmente a TI Uru Eu Wau Wau e a TI Karipuna.

Ainda sobre o desenvolvimento do SMDK, a participação dos indígenas na organização da iniciativa de monitoramento e na elaboração do sistema **contribuiu com a articulação entre conhecimentos indígenas e conhecimentos técnicos científicos produzidos pela academia e por setores do empresariado.** Em decorrência, o protagonismo indígena foi fortalecido, com representantes da TI Uru Eu Wau Wau presentes em espaços de visibilidade, nacionais e internacionais, com o objetivo de compartilhar experiências do monitoramento territorial independente e do uso de tecnologias para proteção territorial com outros territórios e atores sociais.

Apesar disso, um desafio referente à questão dos dados produzidos vem sendo enfrentado com a utilização do SMDK. É preciso **preparar as associações indígenas para a gestão e proteção dos bancos de dados**, que estão sob responsabilidade da Associação Kanindé, assim como é preciso que a experiência dos povos da TI Uru Eu Wau Wau e demais indígenas com a criação e utilização de sistemas de monitoramento remoto sejam compartilhadas, para que haja incentivo para pesquisas nesta área, **principalmente com participação de povos e comunidades.**

A experiência de monitoramento territorial independente na TI Uru Eu Wau Wau obteve diversas

<sup>28</sup> Mais informações em <[https://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/1625754949\\_merged.pdf](https://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/1625754949_merged.pdf)>. Acesso em jun. de 2023.

conquistas, no entanto, é preciso salientar a lentidão para respostas por parte do poder público, especialmente da Funai, Ibama, Icmbio, Polícia Federal e governo estadual, o que fez com que o esforço do monitoramento territorial independente ocupasse papel central na proteção territorial, ainda que não devesse extrapolar uma função complementar às ações de fiscalização sob responsabilidade do Estado.

Este aspecto é relevante especialmente quando se considera que o estado de Rondônia é atualmente governado pelo partido “União Brasil”, e que a Câmara de Deputados é composta por políticos ligados a partidos historicamente resistentes às agendas de proteção aos direitos dos povos indígenas. Isto exige dos indígenas e parceiros esforços direcionados para a promoção de diálogo e disseminação de informações sobre a situação nos territórios, especialmente em relação à sociedade civil e ao empresariado regional, para que as estratégias de incidência encontrem cenários positivos para o seu desenvolvimento.

Por último, faz-se necessário avançar em direção à atualização do plano de proteção territorial. Anteriormente ao governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2022), a Associação Kanindé e os indígenas haviam conquistado o estabelecimento de um grupo de trabalho para discussão do plano e da situação da TI Uru Eu Wau Wau.

No entanto, com a aprovação do Decreto nº 9.759 em 2019, que extinguiu os conselhos e órgãos colegiados da administração pública federal, foi também extinto o espaço de participação social do grupo de trabalho e paralisada a discussão sobre o plano de trabalho para proteção do território. Com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, e a criação do Ministério dos Povos Indígenas, esse grupo foi retomado envolvendo apenas órgãos federais, Kanindé e associações indígenas, que convidaram o Estado para participar. No momento, há expectativa de retomada da discussão, envolvendo todos, sobre a importância do planejamento e gestão das TIs, especialmente para alocação de orçamento adequado para as demandas e desafios impostos aos diferentes territórios.

## Recomendações

-  Combinar ações de monitoramento territorial com as ações cotidianas já desenvolvidas pelas comunidades, para que a rotina e a importância do monitoramento sejam partilhadas com toda comunidade, fortalecendo o coletivo;
-  Estabelecer estratégias para aproximar povos indígenas e seu conhecimento tradicional com o conhecimento técnico científico, especialmente o acadêmico, para o desenvolvimento de tecnologias que atendam às demandas dos diferentes territórios;
-  Estruturar propostas, projetos e soluções que sejam factíveis com os desafios e demandas que as comunidades encontram em seus territórios;

- 
-  Fortalecer a participação de organizações da sociedade civil nos processos de apoio aos territórios, especialmente na articulação com atores do poder público e empresariado, e desenvolvimento conjunto de tecnologias para proteção territorial;
  -  Desenvolver estratégias de comunicação sobre a situação dos territórios, pressões, riscos, ações, envolvimento e responsabilidades do poder público para com os territórios;
  -  Garantir assessoria jurídica para promover ações junto à Justiça e aos órgãos de comando e controle.

## Estratégias comunitárias do Povo Mura em face de pressões da mineradora *Potássio do Brasil* no Amazonas\*

Herton Mura<sup>29</sup>

Localizadas nos municípios de Autazes e Careiro da Várzea (AM), na região do Baixo Rio Madeira, as Terras Indígenas (TIs) Juaray e Lago Soares/Urucurituba, que compõem o território tradicionalmente ocupado pelo povo Mura, vêm sendo objeto de pressões por parte da mineradora *Potássio do Brasil* desde 2010. Um braço da empresa canadense *Forbes & Manhattan*, o projeto minerário da Potássio do Brasil prevê a extração de 770 milhões de toneladas de potássio, minério utilizado para a produção de fertilizantes químicos<sup>30</sup>. O conflito foi deflagrado a partir da realização de perfurações para pesquisa em diferentes áreas de fronteira e da pressão para a venda de lotes de terras localizadas nas proximidades do território. Uma das áreas de maior interesse para a mineradora é considerada um lugar sagrado pelo povo Mura, atrelado a memórias ancestrais e local onde são zelados os antepassados.

A presença da *Potássio do Brasil* nos arredores do território afetou inicialmente 33 aldeias, localizadas no município de Autazes e representadas pelo Conselho Indígena Mura (CIM). Em razão da ampliação das atividades da empresa e da participação de outras lideranças em reuniões e espaços de organização comunitária promovidos pelo CIM, em 2013 outras 11 aldeias do município de Careiro da Várzea, representadas pela Organização das Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea (Olimcv), juntaram-se ao movimento, por perceberem-se também afetadas pelas atividades de mineração. Assim, as 44 aldeias uniram-se em uma ampla corrente de articulação comunitária, por meio da criação de novos espaços de discussão, no interior dos quais foram concebidas e debatidas estratégias de incidência com o objetivo de frear impactos do projeto minerário sobre o território Mura.

Para tanto, as lideranças buscaram o apoio do Ministério Público Federal (MPF) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ambas instituições parceiras que já atuavam na região, e elaboraram um Protocolo de Consulta e Consentimento do Povo Mura. Além disso, em face Ação Civil Pública do MPF<sup>31</sup>

<sup>29</sup> Organização das Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea (Olimcv).

<sup>30</sup> Potter; Bisco (2021). Gigante da Mineração Canadense atropela Justiça para explorar potássio na Amazônia. In: InfoAmazonia, 2021. Disponível em: <<https://infoamazonia.org/2021/05/13/gigante-da-mineracao-canadense-atropela-justica-para-explorar-potassio-na-amazonia/#:~:text=A%20mineradora%20Pot%C3%A1ssio%20do%20Brasil,AM>> Acesso em abr. de 2023.

<sup>31</sup> MPF 2022 Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/apos-acao-do-mpf-funai-e-obrigada-pela-justicafederal-a-realizar-estudos-para-delimitacao-de-terra-indigena-mura-no-am>>. Acesso em abr. de 2023.

\* Tainá Holanda Caldeira Baptista, pesquisadora do FGVces, mediou a escrita deste capítulo.

que gerou a recente decisão judicial favorável ao povo Mura<sup>32</sup>, foi retomada e fortalecida a luta pela demarcação da Terra Indígena (TI) Soares-Urucurituba, uma reivindicação de mais de 20 anos, como estratégia de proteção territorial.

### Estratégias e ações

Com as discussões comunitárias em andamento, lideranças das organizações indígenas iniciaram o **levantamento de materiais e informações, com base em relatos e fotos**, como etapa para a elaboração de denúncias das pressões sofridas por meio de ofícios enviados ao MPF, o que subsidiou a estratégia de incidência adotada. O levantamento foi possível por meio do monitoramento das ações realizadas pela empresa no território, com atenção para as principais áreas de pressão e tipos de impactos potenciais, promovido de forma espontânea e descentralizada por lideranças do CIM e da Olimcv. Além disso, o CIMI apoiou a construção de um mapa do território, que foi utilizado pelas organizações indígenas.

Em seguida, outra estratégia de incidência estabelecida pelas lideranças consistiu no acionamento do MPF para **denúncia sobre a presença e as ações da Potássio do Brasil no território indígena**. O órgão acatou as denúncias e prestou apoio ao povo Mura no levantamento de irregularidades jurídicas, iniciando pelo processo de licenciamento das atividades da empresa, então realizado pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), órgão estadual. Um exemplo de irregularidade observada consistiu no próprio órgão promotor do licenciamento e sua respectiva instância federativa, uma vez que o processo, por envolver terras indígenas, necessariamente deveria ser realizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão federal. Outras irregularidades encontradas no licenciamento foi a ausência do componente indígena com participação das lideranças Mura no Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Por fim, houve desrespeito à Consulta Livre, Prévia e Informada, um direito garantido aos povos indígenas e tradicionais no Brasil.

A percepção sobre a importância da Consulta Prévia para a governança territorial se consolidou na mesma medida em que foi ampliada a participação das organizações Mura em espaços do movimento indígena promovidos pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Assim, como estratégia de incidência, as lideranças Mura, inspiradas pelos Protocolos de Consulta autônomos construídos por outros povos indígenas – em especial pelo povo Wajãpi do Amapá e Munduruku do Tapajós –, denunciaram judicialmente o desrespeito ao direito estabelecido pela Convenção 169 sobre “Povos Indígenas e Tribais” da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário desde 2004. Munidos dessa denúncia, as lideranças organizaram, com apoio do MPF, as-

<sup>32</sup> Decisão judicial. Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/acp-contra-uniao-e-funai>>. Acesso em jun. de 2023.

sembleias gerais indígenas, durante as quais demandaram que a *Potássio do Brasil* financiasse os custos para **construção do Protocolo de Consulta Mura**<sup>33</sup>, envolvendo todas as 44 aldeias Mura dos municípios de Autazes e Careiro da Várzea.

A organização comunitária por meio da realização de assembleias gerais resultou na decisão judicial favorável à paralisação das atividades da mineradora em território Mura até que o conflito fosse solucionado, e no custeio de toda a logística para realização do Protocolo de Consulta pela *Potássio do Brasil*. Desse modo, em 2017 foram iniciadas as primeiras atividades para construção do Protocolo de Consulta e Consentimento do Povo Mura de Autazes e Careiro da Várzea, por meio da organização de espaços para debate com ampla participação comunitária. Ao todo, foram dedicados 1 ano e 8 meses para a elaboração do instrumento, construído por meio de intensa mobilização e participação social em oficinas realizadas em escala local e regional. As lideranças enfrentaram desafios para evitar divisões internas nas comunidades em relação ao projeto minerário. Apesar disso, o Protocolo de Consulta foi finalizado em 2019, quando a *Potássio do Brasil*, acionada pela Justiça, oficializou sua decisão favorável à operacionalização do instrumento.

Com a pandemia de Covid-19 e a paralisação dos processos envolvendo o litígio entre o povo Mura e a empresa, lideranças do CIM e da Olimcv buscaram estabelecer novas estratégias frente ao apoio de políticos locais ao setor minerário e ameaças contra lideranças<sup>34</sup>. Assim, como estratégia de incidência política, decidiram realizar o **zoneamento territorial e ambiental**, a partir do levantamento de práticas de manejo da sociobiodiversidade e respectivos agroambientes por meio do mapeamento participativo, como parte de um processo mais amplo de construção de dois Planos de Gestão Territorial e Ambiental do território Mura, um envolvendo a área de atuação do CIM e outro envolvendo a área de atuação da Olimcv. Para isso, as organizações buscaram captar recursos por meio de editais e parcerias, o que não foi possível até o momento.

Além disso, como mais uma importante estratégia de incidência, foi organizada pela Olimcv, em 2020, uma **iniciativa de monitoramento territorial independente do povo Mura de Careiro da Várzea, denominada “Guardiões da Floresta”**, e ações de demarcação dos limites do território em parceria com o Fundo Casa. A partir dos recursos direcionados para essas atividades, foi possível estruturar, ampliar e qualificar as ações de monitoramento iniciadas anos antes de forma espontânea. Em razão de dificuldades para

33 CIM; Olimcv. **Trincheiras: Yandé Peara Mura**. Protocolo de Consulta e Consentimento do Povo Indígena Mura de Autazes e Careiro da Várzea, Amazonas. Instituto Pacto Amazônico: Manaus, 2019. Disponível em: <<https://direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2020/08/protocolo-de-consulta-povo-mura.pdf>> Acesso em jun. de 2023.

34 Mais informações em: “Lideranças Mura relatam ameaças em meio a pressão por aprovação de mina de potássio na Amazônia” <<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/04/28/liderancas-mura-relatam-ameacas-em-meio-a-pressao-por-aprovacao-de-mina-de-potassio-na-amazonia.htm>> Acesso em jun. de 2023.

renovar e captar novas fontes de financiamento, tanto o projeto de **construção dos Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs)** como a iniciativa de monitoramento territorial independente seguem paralisados. Apesar disso, em 2022 o povo Mura organizou uma **oficina sobre uso de aparelhos GPS** nas ações de monitoramento para levantamento e sistematização de dados georreferenciados sobre o território.

Essas diferentes ações são compreendidas como etapas da quinta estratégia de incidência adotada – mais ampla e situada em um horizonte temporal de médio a longo prazo –, uma vez que possibilitam o levantamento, sistematização, análise e documentação de informações sobre o território e a territorialidade do povo Mura, incluindo áreas de manejo e de conservação ambiental. Em posse dessas informações e documentos, as organizações indígenas passam a ter maior capacidade de negociação em defesa de seus direitos. Ademais, podem mobilizá-los como instrumentos de governança comunitária, de acordo com objetivos definidos coletivamente. Como exemplo dentre esses objetivos, é possível citar a **construção de um fundo financeiro Mura** para gestão comunitária das 44 aldeias que compõem o território.

Outra estratégia de incidência mobilizada, também de longo prazo, é o **fortalecimento da educação tradicional**, de espaços de formação de novas lideranças Mura e de cursos de capacitação profissional, promovidos por meio da integração entre conhecimentos tradicionais e científicos, e de estruturas e dinâmicas educativas tradicionais e escolares. Somada a essa estratégia, a Olimcv e o CIM têm atuado pela garantia de compensações ambientais justas e favoráveis ao povo Mura frente a potenciais impactos sobre o território.

Por fim, como resultado direto do fortalecimento da organização do povo Mura, foi realizado o VI Encontro do Povo, promovido em parceria pela Olimcv e pelo CIM entre os dias 17 e 19 de maio de 2023, na aldeia Mura Tukumã (Careiro da Várzea - AM). O encontro reuniu 305 lideranças, além de representantes de organizações do movimento indígena do Amazonas e de outras regiões. O evento teve como objetivo a **elaboração coletiva de propostas para o povo**, incluindo a discussão sobre os impactos da mineração e o processo de Consulta Livre, Prévia e Informada, paralisado pela Justiça do Estado do Amazonas. A decisão do MPF que pediu a paralisação do processo baseia-se na constatação de que um dos locais de conflito é parte fundamental do território indígena, devendo ser demarcado como Terra Indígena<sup>35</sup>. Assim, a Justiça recomendou a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para estudo e demarcação da TI Soares-Urucurituba<sup>36</sup>, uma reivindicação de mais de 20 anos do povo Mura. Concluída a demarcação da TI, fica proibida a exploração minerária na área, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, sendo essa uma forma de proteção do território. Desse modo, durante o encontro rea-

35 Mais informações em: “Justiça Multa Potássio do Brasil por manter placas em TI dos Mura” Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/justica-multa-potassio-do-brasil-por-manter-placas-em-ti-dos-mura/>>. Acesso em jun. de 2023.

36 MPF quer demarcação de terra indígena no AM para barrar exploração de potássio”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/04/28/mpf-quer-demarcacao-de-terra-indigena-no-am-para-barrar-exploracao-depotassio.ghml>>. Acesso em jun. de 2023.

lizado, as lideranças presentes concluíram que, em concordância com o MPF, a demanda mais urgente do povo volta a ser a demarcação da TI Soares-Urucurituba.

## Resultados

Ainda que seja possível compreender cada estratégia adotada de forma individual, na prática elas apontam para a **interdependência entre as diversas esferas do processo de mobilização e organização do povo Mura**, ainda em andamento, em face das pressões sobre o território tradicional. Nesse sentido, os resultados que mais se destacam, enquanto aprendizados diretos das estratégias de incidência, são: (I) a importância da retomada da luta indígena no território Mura; (II) o fortalecimento dos espaços de organização comunitária, incluindo encontros e dinâmicas para construção das decisões coletivas com base no consenso; (III) a construção de instrumentos comunitários de governança territorial e ambiental da sociobiodiversidade e patrimônios comuns; e (IV) a união das diversas aldeias Mura através de suas organizações representativas.

Alinhadas com os resultados destacados, chamam a atenção por seu êxito as estratégias de monitoramento independente do território e a construção do Protocolo de Consulta e Consentimento do Povo Indígena Mura de Autazes e Careiro da Várzea. Por outro lado, entre as dificuldades enfrentadas no processo, **destaca-se o desafio para compreensão da complexidade do conflito e da dimensão das pressões sofridas, o que foi possível por meio da participação de lideranças indígenas em espaços mais amplos do movimento indígena**, como os encontros promovidos pela Coiab, somada à troca de experiências sobre a construção de Protocolos de Consulta com os povos Wajãpi e Munduruku, e aos aprendizados decorrentes dos desastres de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) produzidos pela mineração em Minas Gerais, que serviram de alerta para o CIM e a Olimcv a respeito dos impactos potenciais da atividade minerária sobre o território.

## Recomendações

-  Prezar pela união comunitária como instrumento de fortalecimento dos povos, em face de tentativas de cooptação e divisão interna promovidas por agentes externos, o que só é possível por meio da busca de consenso a partir da promoção e manutenção de espaços comunitários de diálogo e representação;
-  Promover dinâmicas de construção coletiva de decisões e garantir sua legitimidade em âmbito comunitário;
-  Fortalecer a formação de lideranças e a representatividade política de organizações que representam cada comunidade ou povo;
-  Buscar estratégias de comunicação sobre ações, pressões, riscos e impactos causados por empresas em territórios tradicionais, sobretudo para seus financiadores.

## Denúncias e organização comunitária para proteção do território e das lideranças ameaçadas do povo Karipuna

Adriano Karipuna<sup>37</sup>

Tainá Holanda Caldeira Baptista<sup>38</sup>

Samir Eid Pessanha<sup>39</sup>

A Terra Indígena (TI) Karipuna está localizada em Rondônia, entre os municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Buritis. Em 1988, o território foi homologado com uma área total de 153 mil hectares, que se estendem pela região da Bacia Hidrográfica do Rio Jaci-Paraná. A TI Karipuna é uma das TIs do estado de Rondônia, e integra um corredor ecológico caracterizado pela presença de povos indígenas em situação de alto e baixo contato (em isolamento voluntário), comunidades ribeirinhas e tradicionais. Esse corredor, que concentra elevada sociobiodiversidade e faz fronteira com o território Karipuna, é formado pelas TIs Uru Eu Wau Wau, Igarapé Ribeirão, Igarapé Lage e o Parque Nacional (Parna) Pacaás Novos, além da Reserva Extrativista (Resex) Jaci Paraná e do Parque Guajará-Mirim, criada em 1996 e objeto de recentes disputas na Assembleia Legislativa de Rondônia (ALE-RO)<sup>40</sup> para diminuição de sua área total (em grande medida utilizada para pecuária ilegal, grilagem e extração ilegal de madeira)<sup>41</sup>.

A homologação da TI Karipuna foi impulsionada pela situação de atenção enfrentada pelo povo Karipuna, relacionada com conflitos enfrentados desde o início das obras da ferrovia Madeira Mamoré (EFMM), iniciadas em 1907, especialmente a partir do contato com não indígenas e seus projetos de colonização, desenvolvimento e infraestrutura para a região, especialmente atrelados ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Dentre outras consequências, o povo Karipuna enfrentou grave decréscimo populacional, chegando a uma população de 8 pessoas ao longo da década de 1970, situação que até hoje impacta o povo<sup>42</sup>.

Atualmente, o povo Karipuna convive com longos períodos de inundações por todo território, sendo que o

37 Liderança do povo Karipuna e discente no curso de Direito.

38 Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces).

39 Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces).

40 Lei complementar 1089/2021. Altera os limites da Reserva Extrativista Jaci - Paraná e do Parque Estadual de Guajará - Mirim e cria o Parque Estadual Ilha das Flores, o Parque Estadual Abaitará, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bom Jardim, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro e a Reserva de Fauna Pau D'Óleo. Atualmente a LC 1089/21 é considerada inconstitucional.

41 Saiba mais sobre as disputas envolvendo a Resex Jaci-Paraná em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/08/17/sob-pres-sao-do-agro-extincao-de-reserva-extrativista-vira-bandeira-eleitoral-na-amazonia>>. Acesso em jun. de 2023

42 Mais informações sobre os conflitos que incidem sobre a TI Karipuna em: <<https://agroefogo.org.br/blog/2022/10/06/karipuna-de-rondonia-um-povo-ameacado-em-sua-integridade-fisica-cultural-e-territorial/>>. Acesso em jun. de 2023.

primeiro ocorreu em 2014, cuja causa principal foi a construção e operação das usinas hidrelétricas (UHE) de Jirau e Santo Antônio. Os períodos de inundação funcionam também como facilitadores de novas invasões e abertura de ramais ilegais para retirada de madeira de desmatamento, posto que a comunidade fica ilhada e impedida de realizar atividades cotidianas de manejo e monitoramento do território.

O desmatamento para extravio de madeira é uma das principais ameaças enfrentadas, somado ao avanço do agronegócio na região e aumento da grilagem de terras, cenário que estimula invasões frequentes ao território. A TI Karipuna esteve entre as vinte TIs mais afetadas por desmatamento em todo o Brasil no período entre janeiro e abril de 2020, e ocupou a mesma posição no ranking de terras indígenas impactadas por incêndios no ano de 2019. Em 2020, foram constatados 24 focos de calor dentro do território, ao passo que, em 2021, esse valor quase triplicou, alcançando 62 focos de calor monitorados. Apesar disso, até 2022, ocorreram apenas seis operações de fiscalização promovidas por órgãos do Estado, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Icmbio), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e a Polícia Federal (PF).

Por fim, o povo Karipuna enfrenta a previsão de construção de duas novas hidrelétricas – UHE Ribeirão, no Rio Mamoré na fronteira com Bolívia, e UHE Tabajara no Rio Machado –, ambas no estado de Rondônia. As lideranças denunciam que os estudos de impacto (EIA/RIMA) dos projetos não estão completos, e que os povos indígenas da região não foram consultados, o que configura desrespeito ao direito à Consulta Livre, Prévia e Informada, nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ademais, as lideranças temem os impactos cumulativos e sinérgicos que podem ser gerados no interior e arredores da TI Karipuna, considerando que o território já sofre com impactos resultantes das três grandes hidrelétricas construídas em Rondônia: UHE Santo Antônio, UHE Jirau e UHE Samuel.

Diante dos desafios mencionados e da intensificação dos conflitos pelo menos desde 2009, as lideranças Karipuna têm percorrido um importante caminho para ampliar a visibilidade das ameaças e da luta no território. Para isso, realizam o monitoramento cotidiano de ameaças e impactos, seguido da sistematização de dados coletados com base em fotografias, georreferenciamento e gravações, para a construção de denúncias sobre a violação de seus direitos. Uma especificidade da organização do povo Karipuna tem sido a aposta em denúncias em âmbito internacional sobre o desmatamento e invasões, por meio da participação em fóruns globais e do apoio da mídia. Essa aposta é acompanhada por denúncias e alianças construídas nacionalmente, que buscam ampliar a efetividade da comunicação e a capilaridade da informação produzida.

## Estratégias e ações

As estratégias de incidência política do povo Karipuna são **inspiradas na luta da matriarca Catica Karipuna**, que lutou durante toda a vida pelo bem viver da comunidade e contra as graves violências que atingem o território desde a intensificação do contato com os não indígenas durante o governo militar. Com base nos ensinamentos da matriarca, lideranças mais jovens vêm buscando **denunciar violações a direitos e constantes invasões ao território**, por meio do apoio de organizações da sociedade civil comprometidas com a luta dos povos indígenas. Desse modo, é possível considerar o **estabelecimento de parcerias para projetos e alianças políticas** como uma importante estratégia de incidência construída.

Como resultado dessa busca por parcerias, há alguns anos o povo Karipuna conta com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e do *Greenpeace* em iniciativas que buscam promover o **fortalecimento comunitário e a realização de denúncias**, com base em documentos que contêm provas das violências e invasões. Sobretudo a partir de 2017, a parceria com as organizações possibilitou a **estruturação de uma frente de construção de denúncias**, que consistiu em mais uma importante estratégia de incidência. Por meio dessa frente foram estruturadas **ações de monitoramento e etapas de coleta contínua de dados, seguida da sistematização e da análise das informações**. Assim, ações de monitoramento e vigilância que já ocorriam no cotidiano do território foram organizadas de forma mais eficiente para responder à necessidade de registro e sistematização de dados sobre as violências e ameaças enfrentadas no interior da TI Karipuna.

No âmbito dessas ações, foram realizadas coletas de dados programadas, por meio de sobrevoos com *drones* e identificação de áreas de desmatamento em tempo real por meio de sistemas de satélite. A partir dessas e de outros formatos de registro de dados, como fotografias, filmagens e gravações de áudio em momentos de invasão e ameaças contra os indígenas, as informações foram sistematizadas como evidências das ilegalidades cometidas por terceiros no interior do território. Por meio delas, como estratégia de incidência, foram construídos dossiês de denúncias.

Com o material em mãos, as lideranças e parceiros identificaram possíveis interlocutores, definindo agendas prioritárias e estratégicas para a realização de denúncias, e para ampliar a visibilidade das ameaças enfrentadas. Desse modo, os dossiês foram entregues a atores nacionais e internacionais e apresentados em fóruns globais de proteção aos direitos de povos indígenas, sendo essa mais uma estratégia de incidência. Em decorrência desse esforço, lideranças Karipuna denunciaram as invasões e desrespeito aos direitos humanos durante a 17ª Sessão do Fórum Permanente sobre Assuntos Indígenas da ONU, ocorrido em Nova York (EUA), em abril de 2018. Em agosto de 2018, participaram de outra sessão do mesmo fórum, realizada em Zurique (Suíça), onde denunciaram o contexto de ameaças

vivenciadas. Além disso, lideranças protocolaram denúncias na Embaixada Alemã e, ainda em 2018, no Ministério Público do Estado de Rondônia. Em 2019, foi realizada nova denúncia junto ao Papa Francisco, na ocasião da visita da autoridade ao Equador.

Durante o período citado, os Karipuna consolidaram outra importante estratégia: avançaram na **ampliação da cobertura midiática dos conflitos e na disseminação de informações por veículos nacionais e internacionais**, a exemplo da *Time Magazine*, *El País*, *Al Jazeera*, *New York Times*, *National Geographic* dentre outros. Em âmbito nacional, também foram publicadas reportagens, notícias e entrevistas, estratégia que se desdobra até hoje.

Em 2019, buscando fomentar a troca de informações e **fortalecer alianças com outros povos indígenas e atores regionais**, lideranças Karipuna participaram da organização do encontro para intercâmbio sobre ameaças vividas por povos indígenas em Rondônia, que contou com a presença de representantes de 18 povos. Como resultado dessa **articulação para construção de alianças políticas**, compreendida também como estratégia de incidência, as lideranças conseguiram a **aproximação com representantes do Ministério Público Federal de Rondônia (MPF-RO)**, com os quais compartilharam seus desafios e demandas.

Pouco tempo depois, por intermédio do MPF-RO, a Justiça Federal determinou a execução de ações para proteção em caráter de urgência do povo Karipuna, impulsionando a formação da “Força Tarefa Amazônia” por parte da Polícia Federal, que previa a investigação e identificação de crimes de ameaça e invasão e seus responsáveis. Por meio do trabalho de fiscalização, foram identificados suspeitos e emitidos mandados de prisão.

Ainda em 2019, como consequência de denúncias submetidas ao poder público, a Polícia Federal (PF) em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF) iniciou a operação “SOS Karipuna”, ação deflagrada pelo MPF por intermédio da “Força Tarefa Amazônia”. Um dos resultados da ação do MPF, que contou com o apoio do Ibama, Funai, Polícia Militar Ambiental (PMA), Força Nacional de Segurança Pública, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e Receita Federal, foi a descoberta do processo de “lavagem de madeira”, que envolvia um esquema ilegal de obtenção de créditos virtuais para comercialização de madeira extraída da TI Karipuna por meio do Sistema de Emissão de Documento de Origem Florestal (Sisdof). Outra ameaça que os Karipunas enfrentam condiz com o uso do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para fortalecer a grilagem ilegal na TI Karipuna.

## Resultados

Os resultados das estratégias de incidência política do povo Karipuna podem ser considerados como os próprios desdobramentos de suas ações, o que envolveu, principalmente, **novas interlocuções com órgãos do Estado e com atores internacionais por meio da realização de denúncias formais, com base em dossiês construídos de forma comunitária**. Essas interlocuções se desdobraram em ações concretas no Brasil, a exemplo da parceria estabelecida com o MPF em âmbito federal e estadual. Dessa parceria, foram iniciadas a “Força Tarefa Amazônia” e a “Operação SOS Karipuna”, ambas com o objetivo de fiscalizar invasões, desmatamentos e o roubo de madeira dentro do território indígena.

Além disso, entre 2019 e julho de 2020, o povo Karipuna conseguiu **reduzir a derrubada ilegal de vegetação dentro dos limites do território em 49%**, por meio do fortalecimento da articulação política, do monitoramento territorial independente e das etapas para estruturação de denúncias. Por meio da parceria com o CIMI e com o *Greenpeace*, foi possível ampliar o monitoramento realizado e fornecer informações atualizadas para o poder público. Esse avanço possibilitou ao CIMI e ao *Greenpeace* protocolar, em 2018, uma denúncia com dados reais do desmatamento dentro da TI Karipuna. A denúncia possibilitou evidenciar que o desmatamento ocorrido dentro dos limites do território foi, de fato, quatro vezes maior do que o total da área considerada pelos dados oficiais do poder público, tendo ocorrido sobretudo no período entre 2015 e 2018.

Apesar dos avanços na organização comunitária e no apoio por parte do setor midiático construído ao longo dos anos pelas lideranças, **o povo Karipuna enfrenta ainda muitas ameaças**, inclusive à vida, resultantes das constantes invasões ao território. Em recente inundação ocorrida em razão de fortes chuvas somadas ao transbordamento do rio (um dos impactos da construção de UHEs em Rondônia), o povo enfrentou, além da insegurança alimentar e do descaso do poder público, novas invasões e abertura de ramais ilegais para retirada de madeira fruto do desmatamento ilegal.

Em busca de alternativas, as lideranças novamente acionaram a mídia e o MPF para denúncias, o que resultou em nova operação da Polícia Federal para retirada dos invasores, realizada no dia 23 de maio de 2023<sup>43</sup>. Apesar de todos os desafios, o povo Karipuna considera uma vitória o fato de que, atualmente, verifica-se uma redução de 62% no desmatamento no interior do território, consequência direta das ações de monitoramento e vigilância, mas, acima de tudo, da realização de denúncias junto aos órgãos responsáveis pela fiscalização. Apesar disto, mesmo com os avanços resultantes do esforço e da luta do povo Karipuna para a proteção do seu território e dos direitos humanos, a

43 Saiba mais sobre a recente operação da Polícia Federal na TI Karipuna: <<https://globoplay.globo.com/v/11612734/>>. Acesso em jun. de 2023.

reparação dos danos ambientais ocorridos por conta do desmatamento e invasões são um desafio.

## Recomendações

-  Investigar os impactos cumulativos e sinérgicos resultantes da construção e operação das hidrelétricas de Santo Antônio, Jirau e Samuel em Rondônia, e realizar estudos de impactos ambientais, respeitando o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada, no âmbito dos projetos das UHEs Ribeirão e Tabajara;
-  Promover a articulação com parceiros dispostos e capazes de apoiar a construção de estratégias de incidência política nacionais e internacionais eficientes e alinhadas com as demandas prioritárias das comunidades;
-  Desenvolver estratégias de comunicação rápida e eficiente sobre os conflitos, impactos e ameaças enfrentados nos territórios indígenas, e utilizar a informação produzida para fundamentar denúncias e processos de fiscalização e responsabilização de atores por parte do poder público;
-  Estruturar estratégias eficazes de monitoramento, coleta e sistematização de dados e construção de denúncias para proteção territorial e de proteção a pessoas ameaçadas.

## “Território é vida e futuro”: a organização das mulheres Munduruku na bacia do Tapajós

Alessandra Korap Munduruku<sup>44</sup>

Maria Leusa Kabá Munduruku<sup>45</sup>

Kena Azevedo Chaves<sup>46</sup>

A luta do povo Munduruku vem sendo a cada dia protagonizada por mulheres e jovens, que, junto aos caciques, guerreiros e pajés, assumem as linhas de frente na defesa dos territórios do povo.

Com população de mais de 14.000 pessoas vivendo em cerca de 140 aldeias, o povo Munduruku habita a bacia do Tapajós, região historicamente reconhecida como Mundurukânia, com territórios atualmente concentrados sobretudo nas porções alta e média da bacia, entre os estados de Mato Grosso e Pará.

Dentre os territórios tradicionalmente ocupados pelo povo Munduruku na bacia, apenas duas Terras Indígenas (TI) foram demarcadas, TI Sai Cinza e TI Munduruku, ambas no alto Tapajós. Territórios no médio Tapajós são reconhecidos e homologados, como é o caso das TI Praia do Mangue e TI Praia do Índio<sup>47</sup>.

Outros três territórios na região do médio Tapajós estão em processo de reconhecimento e demarcação, dentre os quais a TI Sawré Muybu, com autodemarcação conduzida pelo povo desde 2014 e a TI Sawré Bapim, cujo Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação de Terra Indígena (RCID) foi publicado em 2023.

A bacia do Tapajós é alvo de pressões diversas, dentre as quais projetos logísticos para atender demandas do agronegócio, tais como portos graneleiros, estações de transbordo de cargas (ETC) e silos, já instalados e em construção, e as pressões do projeto da Ferrovia Ferrogrão e de ampliação da BR 163. Além dos projetos logísticos, o povo também enfrenta projetos para instalação de complexos hidrelétricos, projetos de mineração, pressões do desmatamento ilegal e roubo de madeira, grilagem de terras e o garimpo de ouro.

Como estratégias de defesa dos territórios, o povo Munduruku conduz a autodemarcação da TI Sawré

44 Coordenadora da Associação Pariri.

45 Coordenadora da Associação de Mulheres Wakoborū.

46 Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces).

47 Funai, 2020.

Muybu e ações para dar visibilidade para sua luta no cenário nacional e internacional, incidindo sobre o Estado, sobre bancos financiadores e empresas, além de realizar constante monitoramento e vigilância do território. As ações são conduzidas pelas lideranças e associações do povo, muitas vezes em parceria com outros povos, com organizações representativas do movimento indígena, apoiadores e outras organizações da sociedade civil.

As **mulheres sempre estiveram presentes nas lutas do povo Munduruku** e mais recentemente passaram a intensificar sua atuação nos espaços políticos conduzidos pelo povo e no movimento indígena, em âmbito regional e nacional. Especialmente no contexto de resistência às usinas hidrelétricas projetadas para a bacia, no início da década de 2010, **lideranças mulheres se destacaram e passaram a organizar as ações em parceria com os caciques e guerreiros do povo**, assim como a organizar espaços de atuação específicos para as mulheres.

Atualmente as mulheres Munduruku estão organizadas em toda a bacia e sua presença nas associações, nos espaços de articulação e à frente do movimento Ipereg Ayu<sup>48</sup>, soma forças e agrega novas ações de resistência às lutas do povo.

### Trajetória de organização das mulheres

O anúncio de que a Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte seria de fato implementada trouxe alertas para toda a Amazônia, em especial para povos indígenas e comunidades tradicionais cujos territórios integram bacias com UHE projetadas. Em 2010, no contexto do início da construção da hidrelétrica na bacia do Xingu, o povo Munduruku, que enfrentava as pressões para avanço do licenciamento da UHE São Luís do Tapajós e sofria impactos da instalação das UHE na bacia do Teles Pires, decidiu apoiar as ações dos parentes.

A mobilização indígena no Xingu pressionava o Estado e empreendedor para efetivação dos direitos dos povos e o Povo Munduruku, em solidariedade e buscando dar visibilidade para as mobilizações conduzidas no Tapajós contra a instalação da UHE São Luís, somaram esforços para participar das **ocupações de canteiros da UHE Belo Monte**.

Retomando a organização de guerra do ancestral Governo Karodaybu, cinco grupos de guerreiros Munduruku se formaram, dentre os quais um **grupo só de mulheres**. Naquele momento as mulheres evocavam Wakoborū, guerreira ancestral conhecida por sua habilidade e coragem, e estiveram durante todo o período de ocupação dos canteiros da UHE como responsáveis por tarefas de **cuidado com**

48 Disponível em: <<https://movimentomundurukuiperegayuii.wordpress.com/>>. Acesso em jul. de 2023.

**crianças e preparo da comida**, ações fundamentais para manutenção da presença de todas as pessoas na ocupação. Além de organizarem cozinhas coletivas e estratégias de cuidado na ocupação, as mulheres também contribuíram para a elaboração da estratégia de ocupação e de pressão sobre o Estado.

Esse foi um importante marco para o fortalecimento da presença das mulheres e para sua organização dentro do movimento de resistência do povo Munduruku. Após a ocupação dos canteiros de Belo Monte, as mulheres fortaleceram sua presença em novas ações de resistência, apoiaram a elaboração do protocolo de consulta do povo Munduruku e construíram junto com os caciques e guerreiros as ações para autodemarcação do território Sawré Muybu, no médio Tapajós.

Nessa importante e estratégica ação do povo Munduruku conduzida desde 2014, pajés, caciques, jovens, guerreiras e guerreiros, vindos das aldeias do médio e do alto Tapajós e acompanhados de lideranças de outros povos e de apoiadores do movimento, se organizam em grupos para percorrer o território, identificar e expulsar invasores, visitar lugares sagrados e fazer o manejo da floresta. As **mulheres sempre participaram das etapas de autodemarcação** e a cada etapa foram transformando seu papel. Nas primeiras etapas, acompanhavam os guerreiros, **produziam a comida e o chibé<sup>49</sup> e cuidavam das crianças**. Ao longo dos anos, adicionalmente a essas tarefas, as mulheres foram incorporando atividades de **registro audiovisual** e aos poucos **se somaram aos caciques na organização da autodemarcação**, fazendo articulação e a ponte com apoiadores. Atualmente, junto às associações do povo, as **mulheres organizam todos os preparativos para que a autodemarcação possa acontecer**.

Foi em 2013 que as mulheres passaram a realizar os **Encontros das Mulheres Munduruku**, inicialmente nas aldeias do alto Tapajós, e, após 2016, também na região do médio Tapajós. Os primeiros encontros foram organizados mais discretamente, com cuidado para não despertar a desconfiança dos caciques e guerreiros. Hoje pajés, caciques e guerreiros apoiam os espaços das mulheres e fortalecem sua presença nos demais espaços de luta.

Na organização dos encontros, lideranças mulheres de diferentes aldeias e regiões da bacia se articulam para decidir datas, locais e sobre a busca de apoios e recursos para realização das atividades. A **mobilização das mulheres para participarem dos encontros acontece no dia a dia**, combinada com atividades de produção da roça, colheita de frutas, produção da farinha, momento de lavar roupa na beira do rio. Em poucos dias, mulheres em diferentes aldeias já estão informadas sobre os encontros e atividades, e passam a apoiar a organização.

<sup>49</sup> Bebida preparada com farinha de mandioca e água.

Nos encontros, as mulheres discutem os problemas enfrentados pelo povo, as pressões dos grandes projetos e dos invasores, e elaboram juntas as demandas e estratégias para melhoria das políticas de educação, saúde e ações para proteção e defesa do território. Em muitos encontros também organizam oficinas de artesanato, buscando caminhos para geração de renda para aquelas que vivem em aldeias mais próximas das cidades, assim como para retomar a fortalecer a cultura e as técnicas tradicionais de produção de utensílios e adereços.

Os encontros são espaços de elaboração política, de fortalecimento da atuação e das demandas específicas das mulheres, e compõem uma importante ação para ampliação da participação delas no movimento de resistência do povo Munduruku, buscando o reconhecimento e parceria dos caciques.

Como desdobramento das demandas identificadas nesses encontros, as **mulheres fortaleceram sua presença nas associações do povo**, como coordenadoras e presidentes. Também assumiram a liderança do movimento Ipereg Ayu, o que possibilita a participação nas decisões sobre como fortalecer o povo e a luta pelo território, junto aos caciques e guerreiros. Além de participarem das associações e movimentos já existentes, no alto Tapajós **foi criada uma associação só de mulheres, para apoiar sua organização e demandas específicas**. A Associação das Mulheres Munduruku Wakoborū, criada em 2018, favoreceu o reconhecimento das mulheres como defensoras do território e somou como mais uma organização de referência para o povo no alto Tapajós e para as mulheres em toda a bacia.

Também como desdobramento dessa organização, em 2019 foi realizada a **primeira Assembleia das Mulheres Munduruku**, com participação de mais de 300 pessoas do médio e alto Tapajós. Na assembleia, as mulheres discutiram a importância da defesa do território, do enfrentamento aos invasores e aos grandes projetos, e, atentas às preocupações dos pajés sobre o destino das urnas sagradas removidas para construção das usinas do Teles Pires, fortaleceram a necessidade de exigir a devolução das urnas para o povo.

As mulheres já vinham liderando as ações nessa temática, e inclusive protagonizaram ocupações da UHE Teles Pires, desde 2016, para exigir das empresas e do Estado um posicionamento sobre as urnas retiradas durante a construção das hidrelétricas. Os It'ga, como são chamadas as urnas, são sagrados pois representam espíritos da mãe dos peixes, e foram removidas e armazenadas pelos empreendedores num museu em Alta Floresta (MT). Desde que tomaram conhecimento do ocorrido, lideranças do povo Munduruku acionaram medidas legais para recuperar os It'ga, porém sem sucesso, decidiram eles mesmos retomarem seus pertences sagrados. Liderado pelas mulheres, um grupo de guerreiros acompanhou os pajés que durante quase dois dias conduziram rituais, até que os It'ga estivessem preparados para voltar para casa. A empreitada do povo Munduruku foi vitoriosa, e, após essa ação, as mulheres estiveram ainda mais fortalecidas.

Para além da atuação nos territórios do povo, as mulheres Munduruku somam esforços junto a mulheres de outros povos dentro do Movimento Indígena. Estiveram presentes nos espaços e plenárias das mulheres em diversas edições do Acampamento Terra Livre e integraram a construção e realização da **Marcha Nacional das Mulheres Indígenas**. Até o momento, duas marchas foram realizadas, em 2019 e 2021, e há expectativa para que novas marchas aconteçam. Participar da marcha, assim como da plenária das mulheres no Acampamento Terra Livre, tem sido importante para **ampliar a relação com mulheres de outros povos, fortalecer o papel das mulheres dentro do movimento indígena** e nas ações em defesa dos direitos dos povos em todo o país.

### **Enfrentamento à pandemia e ao garimpo**

Em 2020, com a **pandemia da Covid-19**, mais uma vez as **mulheres assumiram as linhas de frente na organização de ações para proteção da saúde do povo**. Produziram sabão para higiene das mãos, buscaram apoio para distribuição de cestas básicas, máscaras e remédios para os parentes, instalaram placas nas entradas das aldeias avisando sobre o impedimento de circulação de pessoas externas à comunidade, e produziram cartilha informativa no idioma Munduruku, com orientações sobre como se proteger do vírus. Com a demora na resposta do Estado para proteção dos povos e distribuição de vacinas, as mulheres passaram a produzir remédios. Apesar das mortes e do luto, em boa medida o povo conseguiu se proteger, graças à sua medicina tradicional e ao trabalho das mulheres no apoio aos parentes e na disseminação de informação<sup>50</sup>.

Além dos impactos e danos vividos por conta da ameaça do vírus, durante a pandemia o povo Munduruku viu crescer a ofensiva dos invasores, em especial do garimpo. O garimpo é uma atividade realizada na bacia do Tapajós desde meados do século XX, sobretudo após o declínio da extração seringueira. Durante a pandemia, com a alta dos valores pagos pelo ouro no mercado internacional, o aumento da procura pelo metal intensificou a atividade garimpeira em toda a Amazônia. Entre 2020 e final de 2022, a pressão garimpeira cresceu exponencialmente, intensificada pelo desmonte das políticas de proteção territorial e aos direitos humanos, em especial desmonte de políticas indigenistas no executivo em resposta às pressões para desmonte de direitos dos povos no Congresso.

O aumento da presença garimpeira no território Munduruku significou também aumento do risco e das ameaças sobre as mulheres, que estão dentre as principais vozes contra o garimpo na bacia do Tapajós. **A presença garimpeira tem acirrado conflitos e perseguições às lideranças, e as mulheres são alvos principais**. Em março de 2021, a sede da Associação Wakaborū sofreu ataques e poucos meses depois a aldeia da coor-

<sup>50</sup> Korap Munduruku e Chaves, 2020. Precisamos estar vivos para seguir na luta: pandemia e a luta das mulheres Munduruku. Revista Mundo Amazônico.

denadora da associação foi também atacada e sua casa queimada<sup>51</sup>. Esse foi um episódio de intensa violência que preocupou, não apenas o povo Munduruku, mas outros povos e apoiadores das lutas indígenas.

Somada às ameaças, violência, invasões, desmatamento e cooptação de lideranças que o garimpo tem empreendido, a contaminação dos rios por mercúrio é alarmante e preocupa as lideranças do povo.

Diante do cenário, **as mulheres e os caciques buscaram parcerias com pesquisadores e médicos, para que pudessem apoiar estudo sobre os níveis e gravidade da contaminação por mercúrio**<sup>52</sup>. A parceria com Fiocruz e com médicos do SUS, revelou que todas as pessoas que participaram do estudo, nas diferentes aldeias do alto e médio Tapajós, apresentam níveis inseguros de mercúrio no sangue.

Enfrentar o garimpo é urgente, sobretudo o garimpo ilegal em territórios indígenas e tradicionalmente ocupados. Como estratégia de ação, as **lideranças mulheres e os caciques do povo Munduruku tem construído parcerias com organizações da sociedade civil e com outros povos**, como é o caso da Aliança entre o Povo Munduruku, Kayapó e Yanomami, **para proteger a saúde e a segurança, denunciar as violências e contaminação do garimpo**, e para exigir a atuação do governo federal para proteção dos territórios e das pessoas ameaçadas e adoecidas em decorrência da presença garimpeira nos territórios indígenas. Além disso, **alternativas para evitar o uso de água contaminada vem sendo construídas**, e, também em parceria com organizações da sociedade civil, poços artesianos e estruturas de saneamento têm sido implantadas em algumas aldeias.

### Resultados das ações

A organização das mulheres Munduruku ganhou muita força na última década. Mesmo enfrentando dificuldades relacionadas às formas históricas de organização social do povo, as mulheres se destacaram nas lutas e ganharam a confiança de guerreiros e caciques, tornando-se lideranças. **A presença das mulheres como lideranças nas ações de defesa do território estimula outras mulheres para que também atuem como guerreiras e lideranças em suas aldeias**, sempre junto aos caciques. Mulheres sabem sobre os impactos e sobre os danos de grandes projetos e invasões no território e precisam continuar na luta. Mesmo que tenham medo e pensem em desistir, precisam se manter firmes, lembrar que são fortes e capazes de enfrentar inimigos e participar das decisões coletivas.

51 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/05/em-reacao-a-operacao-contramineracao-ilegal-garimpeiros-incendeiam-aldeia-de-lider-indigena-no-pa.shtml>>. Acesso em jul. de 2023.

52 Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-analisa-contaminacao-por-mercuro-entre-o-povo-indigena-munduruku>>. Acesso em jul. de 2023.

As mulheres Munduruku atuam na autodemarcação do território, organizam os encontros e assembleias das mulheres, aumentaram sua participação nas associações do povo, criaram uma nova associação, participam das assembleias gerais do povo Munduruku, apoiam as reuniões dos caciques, organizam encontros de jovens, atuam nos coletivos audiovisuais do povo Munduruku e são importantes realizadoras de projetos para apoiar o povo, como projetos de saúde, educação e fortalecimento de ações para segurança alimentar.

Essa trajetória foi muito importante para **fortalecer o reconhecimento das mulheres como guerreiras e lideranças**, e para que elas ganhassem confiança para poderem participar das decisões sobre a defesa do território e sobre o futuro e as próximas gerações. O povo Munduruku toma decisões de forma coletiva, e as mulheres em sua atuação são guardiãs dessa forma de atuar, sempre consultando caciques, pajés e guerreiros, e fortalecendo os momentos de decisão coletiva do povo, como as assembleias.

As mulheres têm sido importantes porta-vozes do povo Munduruku dentro do movimento indígena e em espaços internacionais, como reuniões da Organização das Nações Unidas, conferências pelo clima e pela água, fóruns nacionais e internacionais. Junto com os caciques, representam o povo nas alianças com outros povos e ações do movimento indígena, como o Acampamento Terra Livre, por exemplo. A importância da **atuação das mulheres tem sido inclusive reconhecida por organizações internacionais**, e as lideranças do povo Munduruku já ganharam prêmios em diferentes momentos nos últimos anos, em reconhecimento e apoio à sua atuação como defensoras do território e dos direitos do povo.

Por fim, a autodemarcação é uma ação muito importante para defesa da vida e da permanência do povo no território Sawré Muybu, e há grande expectativa de avanços na demarcação oficial deste território no presente governo. Da mesma forma, o reconhecimento e demarcação dos demais territórios no médio Tapajós e retirada dos invasores e garimpeiros de todos os territórios do povo, são urgentes. As lideranças mulheres, assim como caciques, guerreiras e guerreiros do povo seguirão atuando para defender o território, a vida do rio, da floresta, dos animais, a relação com os ancestrais e com a cultura, como garantias de futuro para as próximas gerações.

## Recomendações

-  Demarcar os territórios Sawré Muybu e Sawré Bapim e efetivar as políticas de proteção territorial, com retirada de invasores e garimpeiros de todo o território do povo Munduruku;
-  Fortalecer as políticas de saúde e educação indígena, bem como ações para proteção da saúde, segurança física, segurança alimentar e proteção da floresta e dos rios contra o desmatamento e contra a contaminação do garimpo;

- 
-  Apoiar a organização das mulheres e fortalecê-las para que não desistam da luta. Mesmo com medo ou dificuldades, as mulheres não podem desistir;
  -  Estimular e fortalecer outras mulheres para que possam se posicionar e participar dos momentos de decisão;
  -  Proteger lideranças ameaçadas e promover ações para garantia da integridade física e psicológica delas e de seus familiares;
  -  Proteger a informação e as estratégias do povo, para evitar que os inimigos tenham acesso e possam interferir na organização e realização das atividades.

## A Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu) e o fortalecimento da luta quilombola

Salomão Santos<sup>53</sup>

Hilário Moraes<sup>54</sup>

Magno Nogueira Siqueira<sup>55</sup>

Samir Eid Pessanha<sup>56</sup>

A Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu) é uma instituição que congrega e representa as associações de comunidades quilombolas do Pará. A coordenação data do ano de 1999, sendo oficialmente formalizada em 2004, tendo como objetivo e estratégia ampliar o acesso à informação sobre os direitos à autodeclaração das comunidades rurais quilombolas no estado. Atualmente, o Pará tem alta concentração de comunidades autodeclaradas quilombolas, são de mais de 530 territórios em todo o estado, o que o coloca como terceiro estado com maior número de territórios quilombolas do país, atrás da Bahia, Minas Gerais e Maranhão. Pela característica de sua operação descentralizada, alcança boa parte dos territórios do Estado do Pará, por meio da regionalização de sua atuação em cinco Conselhos: Baixo Amazonas, Guajarina, Nordeste Paraense, Marajó e Tocantina.

Dentre as principais bandeiras de luta da Malungu estão o fortalecimento dos direitos das comunidades, o reconhecimento e a titulação dos territórios quilombolas no Pará. No entanto, as ações da coordenação têm como objetivo a busca pelo reconhecimento social e dos direitos quilombolas de forma mais ampla, em muitos casos invisível aos olhares e percepções dos legisladores públicos, o que exige da coordenação, assim como dos diferentes grupos e territórios que a compõe, o desenho de ações e iniciativas que consigam abarcar as diferentes demandas e desafios.

A pluralidade territorial e cultural dos remanescentes de quilombos no estado do Pará ilumina limites da política de titulação e reconhecimento das comunidades, o que por sua vez evidencia tanto a importância como a complexidade do trabalho da Malungu em sua tarefa de ampliar a visibilidade das demandas e garantir direitos das comunidades, ao mesmo tempo em que tensiona para o aprimoramento do arcabouço jurídico e da estrutura das políticas no país. Dada a amplitude de comunidades

53 Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu).

54 Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu).

55 Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu).

56 Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces).

no Pará, os contextos em que se inserem os territórios são diversos, assim como as pressões vividas pelas comunidades, que vão desde pressões e impactos da mineração industrial, como no caso da bacia do Rio Trombetas, pressões para instalação e expansão de atividades do agronegócio, como no caso da região do Marajó e norte paraense, bem como impactos relacionados à operação de Usinas Hidrelétricas, como no caso das bacias do Xingu e Tocantins.

Articulada com o movimento quilombola em âmbito nacional, a Malungu tem papel estratégico na região Norte do país e desenvolve ações sustentadas nas demandas específicas das comunidades que estão na base da coordenação no Estado, mantendo interfaces necessárias com instituições do Estado<sup>57</sup> condutoras da política de titulação e certificação dos territórios e comunidades quilombolas, bem como integra organizações mais amplas que representam as comunidades quilombolas no país, como a Comunidades Negras Rurais e Quilombolas (Conaq), por exemplo.

### Estratégias e ações

Como estratégia de atuação da Malungu, o **estabelecimento da organização como uma representação do movimento quilombola no Pará**, especialmente por intermédio de parcerias, como com a Conaq e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), **tem como objetivo fortalecer a estratégia de luta nacional quilombola**.

Nesse sentido, a **criação de uma representação regional do movimento quilombola no Estado do Pará**, dialoga com a necessidade de consideração das particularidades de luta das comunidades, ao mesmo tempo em que incentiva a criação de outras representações regionais, cada uma com suas demandas específicas, mas com agendas semelhantes, em prol da garantia dos direitos quilombolas.

O **apoio às comunidades quilombolas nos seus requerimentos e processos de titulação dos territórios** é parte importante da ação da Malungu. Apesar de estar prevista na Constituição Federal, em seu artigo 68, a regularização fundiária quilombola ainda encontra desafios para ser cumprida. Neste sentido, Malungu atua como assessora jurídica e articuladora de ações entre a base e o poder público. Oferece suporte para a identificação dos territórios quilombolas, assim como em ações afirmativas e de reconhecimento cultural, **apoando as comunidades a se constituírem em territórios afirmativos da cultura quilombola**. Destarte, a Malungu investe no **levantamento territorial das comunidades**

<sup>57</sup> Atualmente, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é o responsável pelo processo de titularização quilombola em terras públicas da União, enquanto a Fundação Cultural Palmares é o órgão responsável pela certificação de comunidades remanescentes de quilombo. No Pará, o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) é o órgão responsável pela regularização e titulação de territórios quilombolas em terras públicas estaduais.

**quilombolas** do Pará, não somente para o apoio ao processo de titulação, mas também para o **fortalecimento dos movimentos de base quilombolas, das trocas culturais e ampliação do alcance das ações para reconhecimento e garantia de direitos.**

Nesta direção, a Malungu possui uma **estratégia para o fortalecimento da participação e inserção de representantes do movimento quilombola nos espaços políticos.** Uma das principais demandas do movimento quilombola é o contínuo estabelecimento e efetivação de políticas públicas, principalmente para as comunidades quilombolas, especialmente para aquelas que ainda estejam no processo de titulação de terras. O movimento quilombola percorre um longo caminho para a garantia do estabelecimento de ações direcionadas de combate ao racismo, e as suas consequências ao povo negro, sobretudo a exclusão dos espaços de tomada de decisão.

A participação da Malungu nas Mesas Nacionais de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária, junto ao Incra, e as Mesas Quilombolas estaduais com o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e Iterpa são **movimentos estratégicos importantes para a visibilidade e compartilhamento das demandas dos quilombos no Pará.** As mesas são espaços formais entre o movimento social e as instâncias do poder público, mediadas pelo Ministério Público Federal (MPF), responsáveis por encaminhar ações direcionadas à questão quilombola. Ou seja, o funcionamento desses espaços busca garantir o atendimento das políticas públicas para a questão quilombola.

Complementarmente, a Malungu desenvolve **ações direcionadas para a educação quilombola.** Uma preocupação da Malungu centra-se na proteção da cultura quilombola, especialmente por compreender que esse é um elemento importante para o fortalecimento político da luta quilombola e reconhecimento do processo histórico do movimento. Desta forma, a coordenação tem a preocupação de garantir a formação de lideranças quilombolas comprometidos com as ações da agenda do movimento social, dentre as quais lideranças mulheres, bem como sua inserção em espaços de formação básica e superior. Neste sentido, a Malungu organiza, com apoio de parceiros, os “Encontros Estaduais da Mulher Negra Quilombola”, com objetivo de fortalecer espaços de discussão, mobilização e formação de lideranças femininas quilombolas.

Para o desenvolvimento de projetos e ações, a Malungu conta com parcerias com outras organizações da sociedade civil. Como exemplos de parcerias que fortalecem a Malungu, a coordenação, em coparceria com a Conaq faz parte do projeto “Conexão Povos da Floresta”, uma rede aberta de parceiros com liderança da Coiab, da Conaq e Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), sendo executado pelo Instituto Conexão Povos da Floresta, e tem como objetivo o acesso à internet para as comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas da Amazônia brasileira até 2025.

O projeto, que está em fase piloto, engloba 31 comunidades que foram escolhidas para a instalação

dos equipamentos para o acesso, que compreende um kit de energia (painel solar e baterias) e um kit de conectividade (antena, roteador de wi-fi, celulares notebook). Foram selecionadas 10 comunidades indígenas, 10 extrativistas e 11 quilombolas, sendo que em cada comunidade em que os kits foram compartilhados há a implementação de uma estrutura de gestão do uso da internet, feita pela comunidade.

Outro projeto em desenvolvimento é o “Projeto Saúde Mental Quilombola: Direitos, Resistência e Resiliência”, realizado pelo Fundo Baobá para Equidade Racial, elaborado pela Conaq e articulado pela Malungu e Associação dos Remanescentes Quilombolas de Igarapé Preto e Baixinha (Arqib), com apoio da empresa multinacional Johnson & Johnson, e tem por objetivo discutir e desenvolver ações para atenuar os impactos psicossociais agravados pela pandemia da Covid-19, em 12 comunidades na região Tocantina, no Pará.

### Resultados e desafios

O principal resultado das ações diz respeito ao **fortalecimento da própria Malungu como organização representativa da luta quilombola no Pará**, somando forças ao movimento quilombola em âmbito nacional. Visibilizar experiências, lutas e demandas das comunidades quilombolas, especialmente no contexto Amazônico, organizadas em estrutura de coordenação regional, é um grande ganho ao movimento quilombola nacional, pois **incentiva os demais estados e compartilha aprendizados sobre organização da luta do movimento de base**.

A **garantia dos direitos das comunidades e a regularização fundiária dos territórios quilombolas** coloca-se como a principal bandeira e desafio enfrentado pelo movimento. Para a Malungu, o empenho no processo de regularização é necessário para garantir que as comunidades possam gozar de maior seguridade territorial, e de um leque de diferentes instrumentos jurídicos para garantir a efetivação de políticas e o cumprimento dos seus direitos.

No entanto, desde que o direito ao território tradicional quilombola foi reconhecido pelo Estado brasileiro pela Constituição Federal em 1988, apenas 53 territórios foram titulados (parcial ou totalmente)<sup>58</sup>. **A desigualdade da estrutura fundiária nacional mostra-se ainda mais perversa no caso da titulação dos territórios quilombolas**, colocando um entrave ao acesso às políticas públicas, que na maioria dos casos exigem o título da terra. Por intermédio do apoio da Malungu, a Associação dos Remanescentes Quilombolas Menino Jesus de Pitimandeuá, no município de Inhangapi, recebeu em 2023 o Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo pelo Iterpa, processo este que foi aberto em 2011.

<sup>58</sup> Monitor Mercantil. Brasil levará 2.188 anos para titular territórios quilombolas com processos abertos no Incra. 2023. Disponível em: <<https://monitormercantil.com.br/brasil-levara-2-188-anos-para-titular-territorios-quilombolas-com-processos-abertos-no-incra/>>. Acesso em jun. de 2023.

No caso dos esforços para o fortalecimento da educação quilombola, atualmente no Pará o ensino público superior passou a adotar Processos Seletivos Especiais Indígena e Quilombola (PSE I/Q). Esta ferramenta de acesso possibilitou o aumento da **presença de lideranças de comunidades quilombolas no ensino superior público**, o que processualmente fortaleceu o movimento quilombola, que conta com representantes com formações superiores, inclusive com pesquisas e atuações direcionadas às demandas do movimento quilombola – principalmente para processos técnicos, como o georreferenciamento, que potencializou ações e encaminhamentos de denúncias da Malungu para o poder público.

Neste sentido, é importante para a Malungu o **aumento da participação dos representantes do movimento em diferentes espaços**, especialmente os responsáveis pela elaboração de políticas públicas. Em 2022, a Malungu **elegeu lideranças para a composição de chapas coletivas para concorrer às eleições**, tanto para o cargo de deputado federal quanto estadual, além das já citadas Mesas Quilombolas, com representantes do poder público estadual e nacional.

Como demonstrado, os **avanços da Malungu são potencializados pelo intermédio de ações e projetos desenvolvidos em parceria com outras instituições**. No entanto, a Malungu aponta como um desafio a contínua necessidade do apoio de parceiros para o desenvolvimento de projetos e fortalecimento da coordenação, especialmente para o acesso a tecnologias para o fortalecimento comunitário.

## Recomendações

-  Buscar a estruturação de ações que almejam o fortalecimento da luta quilombola para além das exigências jurídicas dos processos de regularização, mas que também reforcem o movimento cultural e político quilombola;
-  Exigir o aumento das políticas e ações para o acesso à educação aos jovens e adultos quilombolas, especialmente por intermédio de processos que tragam as contribuições e importância de uma educação que olhe para a luta quilombola;
-  Estruturar as diferentes comunidades quilombolas dos territórios em torno de associações e coordenações, principalmente para a organização de demandas e pautas conjuntas, em busca de uma organização coletiva da luta quilombola;
-  Apoiar a inserção de representantes do movimento quilombola em oportunidades para participação de espaços de tomada de decisão e de elaboração de políticas públicas;
-  Atuar por intermédio de uma rede de outras organizações parceiras e representantes em diferentes escalas de atuação, em busca do fortalecimento e espraiamento da atuação do movimento quilombola.

## PAE Lago Grande: reforma agrária para proteção de territórios coletivos e efetivação de direitos no Pará\*

Edilson Silveira Figueira<sup>59</sup>

Ivete Bastos<sup>60</sup>

O Projeto de Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (PAE Lago Grande)<sup>61</sup>, criado em 28 de novembro de 2005 pelo Incra, está localizado entre os rios Amazonas e Arapiuns, no município de Santarém, Estado do Pará, e faz fronteira com o município de Juruti. Trata-se de um assentamento ambientalmente diferenciado, instituído em nível federal, com uma área total de 250.344 hectares, onde foram cadastradas na relação de beneficiários da reforma agrária 5.595 famílias. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vivem na área aproximadamente 35 mil pessoas<sup>62</sup>, número considerado subnotificado por lideranças. A população total está dividida em 155 comunidades e aldeias, algumas das quais compostas por famílias ribeirinhas e indígenas dos povos Borari, Tapuia, Jaraqui e Arapiuns.

No interior do assentamento, permanecem em torno de 48 propriedades particulares (que totalizam 28.747 hectares), existentes desde que o PAE foi criado em 2005. Até o momento, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não efetivou os devidos processos de desapropriação, o que inviabilizou, conseqüentemente, a emissão do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (Ccdru), uma demanda das comunidades e entidades representativas para efetivação de direitos<sup>63</sup>. Também por esse motivo, não foi garantida a plena implementação do PAE, o que possibilitaria acesso a crédito de apoio inicial a famílias assentadas, crédito agrícola e assistência técnica rural para famílias agricultoras, pescadoras e extrativistas, entre outras políticas públicas de apoio à consolidação de assentamentos de reforma agrária.

Em se tratando de um assentamento ambientalmente diferenciado, o território do PAE Lago Gran-

59 Atual vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém (STTR - Santarém) e diretor do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). Foi vice-presidente da Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (Feagle) de 2011 a 2015.

60 Atual presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém (STTR - Santarém) e moradora da comunidade de Dourado do PAE Lago Grande.

61 Mapa de espacialização dos Assentamentos para Reforma Agrária existentes no município de Santarém (PA): <<https://sapl.santarem.pa.leg.br/media/sapl/public/anexonormajuridica/2018/100/assentamentos.pdf>> Acesso em jun. de 2023.

62 Mais informações sobre o PAE Lago Grande em: <<https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/552/pae-lago-grande-entenda-porque-este-assentamento-diferenciado>> Acesso em jun. de 2023.

63 Plano de Utilização das Comunidades do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) da Gleba Lago Grande <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/01D00014.pdf>> Acesso em jun. de 2023.

\* Tainá Holanda Caldeira Baptista, pesquisadora do FGVces, foi mediadora da escrita deste capítulo.

de apresenta áreas de elevada sociobiodiversidade, repletas de florestas, nascentes, lagos e igarapés. Também conta com solos férteis, ricos em matéria orgânica (a chamada “terra preta”), e abundantes em minerais, em especial a bauxita, característica que atrai o interesse de empresas do agronegócio e da mineração. Além dessas, empresas madeireiras interessadas na exploração econômica de recursos comuns representam mais uma ameaça cotidiana para as comunidades e famílias assentadas.

Apesar das ameaças enfrentadas, o PAE Lago Grande é fruto de um longo processo de construção e articulação política iniciado em 1998 e que se estendeu até 2005, quando foi criado o assentamento. Diversas organizações e entidades representativas, entre as quais o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém (STTR-Santarém), o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Grupo de Defesa da Amazônia (GDA) e o Ministério Público Federal do Pará, sede Santarém (PA), envolveram-se ativamente em sua construção, no contexto de afloradas discussões e apropriação da ideia de “território” por parte dos movimentos populares e lideranças comunitárias em seus pleitos. Além das organizações citadas, a Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (Feagle), criada após a efetivação do PAE, foi fundamental para a organização comunitária, papel que continuam exercendo em face de antigas e novas pressões.

Desde o início, o processo de criação do PAE Lago Grande foi marcado por uma conjuntura política acirrada, decorrente da entrada ilegal de grandes empresas madeireiras, mineradoras e grileiros no interior do assentamento, bem como da ampliação das monoculturas de soja por toda a região de Santarém. No mesmo período, a mineradora Alcoa iniciou um projeto de extração de bauxita em Juruti, região próxima ao PAE Lago Grande. Ainda em 2003, a mesma empresa iniciou pesquisas para exploração minerária no interior do assentamento, sem consentimento comunitário ou da Feagle.

### Estratégias e ações

Em face desafios que se apresentam desde então, o processo de **articulação política para criação de um assentamento ambientalmente diferenciado para garantia do território coletivo** é, em si, uma das estratégias bem-sucedidas das comunidades e entidades representativas do PAE Lago Grande. A criação do assentamento teve como objetivo **garantir a posse da terra por meio do título coletivo** do território onde vivem historicamente famílias de povos indígenas, comunidades ribeirinhas, agricultoras e extrativistas. As comunidades tiveram suas áreas invadidas para retirada ilegal de madeira e desmatadas para plantio ilegal de soja, e até hoje permanecem nas proximidades jagunços que “fiscalizam” esses locais.

O processo de criação do PAE Lago Grande envolveu diversas etapas e frentes de ação, entre as quais **reuniões de organização e articulação** comunitária; **visitas domiciliares e conversas** sobre a importância

da criação do PAE para o território; elaboração de **abaixo-assinados**; organização de **assembleias gerais** com representantes das 144 comunidades; e **promoção de audiências públicas nas comunidades**. Em comum, todas demandaram **intensa participação social, engajamento comunitário e fortalecimento da representatividade**, além de articulação de apoio com órgãos públicos, como o Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do Estado do Pará (MPPA).

Após a criação do PAE, a estratégia das comunidades passou a ser a **promoção de discussões e alianças** entre as associações comunitárias, **com o objetivo de fundar uma federação representativa** das comunidades das regiões do Arapiuns, Arapixuna e Lago Grande. Essa etapa também demandou participação social e, em especial, **fortalecimento e consolidação das associações comunitárias** existentes. Fruto desse processo, foi consolidada a Feagle para representar as comunidades frente aos órgãos públicos e receber o título coletivo da terra em nome das famílias assentadas<sup>64</sup>. Por meio da Feagle, em 2006, teve início a **construção do Plano de Utilização (PU) das Comunidades do PAE da Gleba Lago Grande**, protocolado junto ao Incra em 2008. Em 2017, o documento passou por um processo de revisão e atualização pelas comunidades, após o qual foi novamente protocolado junto ao órgão<sup>65</sup>.

Ao mesmo tempo em que buscavam fomentar a organização e legitimar a representação comunitária, as comunidades travaram uma **luta estratégica para a consolidação da infraestrutura básica do assentamento**, a exemplo do acesso à moradia e à energia elétrica, este último garantido apenas em 2008 e em pleno funcionamento desde 2012. Por tornarem ainda mais desafiador o processo de organização para o enfrentamento de ameaças e violências que recaem sobre o PAE Lago Grande e dificultarem, por exemplo, a comunicação e disseminação de informações no território, questões estruturais impuseram a necessidade de **incidência política sobre órgãos do poder público para acesso a direitos**.

Desde a criação do assentamento, é constante a pressão para expansão da mineração industrial de bauxita na região, já afetada pelas atividades da Alcoa que opera planta de mineração na região de Juriti e cuja expansão atingiria o território do PAE. Além disso, ocorreram também invasões para retirada ilegal de madeira e desmatamento para plantio de soja. As organizações apontam práticas corporativas difamatórias, que pressionam para a deslegitimação de lideranças, desmobilização das comunidades e pressão sobre as famílias moradoras para a venda ilegal de lotes do assentamento. Para reverter ou impedir que tais práticas avancem, intenso esforço de comunicação e conscientização é empreendido por parte das lideranças. Além disso, as lideranças vivem há anos sob ameaças de invasores ilegais,

64 Mais informações no folheto online: "PAE Lago Grande: Projeto de Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande", disponível em: <[https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/11/1573575070325\\_folheto\\_PAElagrandeWEB.pdf](https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/11/1573575070325_folheto_PAElagrandeWEB.pdf)> Acesso em jun. de 2023.

65 "Plano de Utilização das Comunidades do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) da Gleba Lago Grande" disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/01D00014.pdf>> Acesso em jun. de 2023.

madeireiros e grileiros, sendo obrigadas a contar com escolta policial para garantir a própria segurança em casos mais graves. Um desdobramento das ameaças ocorreu quando, em 03 de maio de 2021, a sede do STTR em Santarém foi invadida<sup>66</sup> por mais de 100 pessoas relacionadas a madeireiros e às empresas interessadas em explorar economicamente as áreas do PAE Lago Grande.

Como resposta, as lideranças da Feagle e do STTR-STM organizaram novas estratégias, entre as quais seminários com as comunidades, organizações da sociedade civil e apoiadores(as) para **discussão das problemáticas enfrentadas e impactos da presença de empresas mineradoras e madeireiras no território**. Mesmo com o posicionamento contrário das comunidades, há intensa disputa sobre o uso do território, em especial com relação à mineradora Alcoa, que desde 2019 requer, via Ação Civil Pública, a utilização da área do PAE e a autorização para exploração de minério. Desde então, o número de pedidos para exploração minerária no local só cresce, além de inúmeras iniciativas de pesquisa para mineração que já abrangem territórios de 55% das comunidades, ou seja, mais da metade do total.

A pressão e tentativas de convencimento de moradores das comunidades realizada pelas empresas que atuam na região foi intensificada a partir de 2016, por meio de ofertas de desenvolvimento de projetos de infraestrutura nos territórios, como estradas, escolas, áreas de lazer e acesso à renda<sup>67</sup>. Em resposta, lideranças se organizaram para **acionar o Estado, por meio do MPF e do MPPA**, que entrou com uma ação proibindo empresas de adentrarem as comunidades para aliciamento e cooptação. Na ocasião, como resultado desse esforço, foi **estabelecida judicialmente a obrigatoriedade de cumprimento do direito à Consulta Livre, Prévia e Informada**, conforme estabelecido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como etapa necessária para que Alcoa, ou qualquer empresa, possa adentrar os limites do PAE Lago Grande<sup>68</sup>.

Estimulados pela decisão judicial favorável, a Feagle e o STTR têm desenvolvido o trabalho de apoio à **construção de Protocolos de Consulta** pelas comunidades e aldeias das regiões Arapiuns, Arapixuna e Lago Grande. Em 2019, surgiu a primeira Romaria do Bem Viver protagonizada pela Pastoral da Juventude da região 08 da Arquidiocese de Santarém, que reuniu mais de mil jovens, com o tema “PAE LAGO GRANDE LIVRE DE MINERAÇÃO” – outra estratégia importante. Até o momento, existem seis protocolos em construção, sendo quatro aprovados, dois em fase de finalização. Somam-se ao todo 07 Protocolo de Consulta. Ademais as lideranças estão engajadas na discussão para a **constru-**

66 APiB, 2021. Disponível em: <<https://apiboficial.org/2021/05/03/madeireiros-invadem-sede-do-sttr-em-santarem-e-mais-liderancas-domovimento-social-sao-ameacadas/>>. Acesso em jun. de 2023

67 MPF, 2018. Disponível em: <[https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2018/relatorio-lago-grandedocumento-prm-stm-pa-00009007\\_2018.pdf](https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2018/relatorio-lago-grandedocumento-prm-stm-pa-00009007_2018.pdf)>. Acesso em jun. de 2023.

68 Notícia G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2018/10/30/justica-proibe-alcoa-de-entrar-noassentamento-agroextrativista-do-lago-grande-em-santarem.ghtml>>. Acesso em jun. de 2023.

ção de um Protocolo de Consulta Geral, unificado para todo o PAE Lago Grande, que será discutido a partir de 2023 pelo conselho deliberativo de todas as comunidades e suas entidades representativas.

Entre 2021 e 2022, outra estratégia mobilizada consistiu na realização de um **estudo de monitoramento da presença de madeireiras e mineradoras dentro dos limites do território**, realizado pela Feagle e STTR-STM em parceria com o *Greenpeace*. A iniciativa também possibilitou o **mapeamento de empreendimentos de infraestrutura alocados no território**, em especial dois portos e estradas recém construídos que alteraram as dinâmicas locais. No mesmo período, foi realizado um **mapeamento participativo territorial**, em busca de localizar e caracterizar as áreas do território, como nascentes, rios, lagos e igarapés, tipos de vegetação, florestas, locais de pesca, agricultura e extrativismo. A realização dessas ações fomentou o **envolvimento da juventude das comunidades**. Apesar do desejo das lideranças de seguir com o monitoramento, o projeto foi encerrado em outubro de 2022 por falta de recursos.

Nesse período também foi realizada uma **formação sobre proteção às lideranças e ativistas comunitários**, promovida em parceria com a Escola de Ativismo. Além disso, por meio de um projeto emergencial desenvolvido com apoio da FASE Amazônia, o STTR-STM e a Feagle promoveram **discussões sobre comunicação e juventude**. Esse projeto culminou na organização do coletivo de jovens chamado Guardiões do Bem Viver, com o objetivo de **ampliar o engajamento da juventude nas problemáticas locais e garantir a formação de novas lideranças**.

### Resultados e desafios

Apesar de ainda não ter sido concluída a regularização fundiária, tampouco conquistado o título coletivo da terra em nome das famílias assentadas – objetivo primeiro das estratégias de ação adotadas –, a própria implementação da política de reforma agrária por meio da criação do PAE Lago Grande é um importante resultado da organização das comunidades. Somam-se a isso o **fortalecimento do papel das associações comunitárias e a criação de uma entidade representativa de todo o território**. Por meio da atuação da Feagle, com apoio do STTR-STM e de outras organizações, as comunidades avançaram rumo à garantia da permanência no território e do acesso a direitos, mesmo que alguns não tenham sido totalmente efetivados até o momento. Ainda assim, seguem organizadas e ativas na construção de estratégias para a plena implementação da política de reforma agrária.

Fruto da promoção de diversos espaços de discussão e organização coletiva, como seminários, assembleias gerais e audiências públicas, o **movimento comunitário alcançou decisões judiciais favoráveis às suas reivindicações que buscam frear as ameaças e diminuir as pressões sofridas**. Desse modo, foi estabelecida para as empresas a obrigatoriedade de observar os **Protocolos de Consulta**

comunitários. Em decorrência, as comunidades do PAE Lago Grande se engajaram na construção de seis Protocolos de Consulta, que se somaram ao **Plano de Utilização do Território** já elaborado, e deram início à sistematização de um Protocolo de Consulta Geral. Os documentos tornaram-se importantes **instrumentos de defesa dos direitos e fortalecimento das comunidades, e potencializaram a gestão comunitária e a governança territorial.**

Além disso, por meio da organização do **coletivo dos Guardiões do Bem Viver, mais de 35 jovens foram capacitados e permanecem atuando como lideranças locais.** Atualmente, os Guardiões participam de um projeto de extensão universitária desenvolvido em parceria com a Ufopa, que visa à formação participativa em diversos temas de interesse do coletivo. Os Guardiões atuam, também, como mobilizadores locais, em uma relação próxima com a Feagle, e buscam fomentar estratégia as de comunicação e divulgação nas redes sociais de questões ligadas ao PAE Lago Grande<sup>69</sup>.

Em 2022, foi realizado novo **seminário público**, que contou com a presença da Promotoria Agrária de Santarém, em busca de avançar com a regularização fundiária do PAE Lago Grande. Como encaminhamento, o órgão ficou responsável pelo levantamento de documentos fundiários ligados ao PAE e demais providências a partir da análise técnica da cadeia dominial da área<sup>70</sup>. Além disso, as lideranças do STTR e Feagle, em parceria com os Guardiões do Bem Viver, mobilizaram mais de mil moradores das 155 comunidades para participar de novas audiências públicas no território através da “CAMPANHA NÃO ABRA MÃO DE SUA TERRA”. As audiências, que foram realizadas nas comunidades e aldeias, foram marcadas por denúncias de ameaças, violação de direitos e dificuldades de acesso a políticas públicas. Também participaram das audiências representantes do MPF, MPPA, Defensoria Pública da União (DPU), Polícia Militar (PM), Incra, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA), Câmara Municipal e prefeitura de Santarém. A iniciativa representa um **marco histórico pela garantia de permanência no território do PAE Lago Grande.**

Por fim, como importante resultado da organização para incidência política, foi assinado um Termo de Cooperação Técnica para agilidade no processo de regularização fundiária e ambiental, entre STTR-STM, Feagle, FASE, Universidade Federal do Pará (UFPA), Clínica de Direitos Humanos na Amazônia e Incra, construído em 2019. Apesar dos avanços, outras importantes demandas das comunidades do PAE Lago Grande permanecem não solucionadas, como: a necessária equalização do número de beneficiários da política de reforma agrária com o número de assentados no PAE Lago Grande como forma de garantir o

69 “Guardiões do Bem Viver: jovens do PAE Lago Grande se unem pela defesa do território”. Disponível em: <<https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/508/guardioes-do-bem-viver-jovens-do-pae-lago-grande-se-unem-pela-defesa-do-territorio>> Acesso em jun. de 2023.

70 Mais informações disponíveis em “Regularização fundiária do PAE Lago Grande é tema de seminário”. Disponível em: <<https://www2.mppa.mp.br/noticias/regularizacao-fundiaria-do-pae-lago-grande-e-tema-de-seminario.htm>> Acesso em jun. de 2023.

acesso a direitos e a políticas voltadas à agricultura familiar; o direcionamento de recursos para compra de equipamentos como *drones*, câmeras e aparelhos *GPS* e para o custeio de ações contínuas de monitoramento territorial independente; e a capacitação da juventude para formação de novas lideranças.

## Recomendações

-  Organizar espaços de discussão e articulação política frequentes, como seminários, assembleias e audiências públicas, como estratégia para fortalecer a organização comunitária;
-  Apoiar a construção de Protocolos de Consulta Livre, Prévia e Informada e Planos de Utilização como instrumentos de gestão comunitária e governança territorial;
-  Promover o engajamento contínuo de famílias e comunidades por meio da conscientização sobre as principais pautas e demandas coletivas, como estratégia para evitar a cooptação e a difamação comumente realizadas por empresas e atores contrários ao movimento;
-  Direcionar esforços para a ampliação da capacidade e efetividade da comunicação interna e externa, estimulando o engajamento da juventude nesse processo;
-  Promover projetos de capacitação da juventude como estratégia para ampliar o engajamento e a participação social, além de favorecer a formação de novas lideranças;
-  Construir parcerias e alianças com organizações da sociedade civil, universidades e órgãos do poder público para realização de projetos e efetivação de demandas comunitárias, a exemplo do mapeamento de ameaças e monitoramento territorial, da garantia de proteção às pessoas ameaçadas e da consolidação do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (Ccdru).

## Podem as finanças contribuir para conservação das florestas?

Merel Van de Mark<sup>71</sup>

Tarcísio Feitosa da Silva<sup>72</sup>

Diversos segmentos do setor financeiro têm contribuído diretamente na destruição das florestas tropicais do mundo e principalmente na Amazônia brasileira, isso se dá pelo resultado dos financiamentos repassados às empresas fomentadoras e inseridas nas cadeias produtivas de carne bovina, soja, óleo de palma, celulose e papel, borracha e madeira, cujas operações podem impactar florestas tropicais naturais e as comunidades tradicionais e a biodiversidade que dependem delas no Sudeste Asiático, África Central e Ocidental e em partes da América do Sul, com forte contribuição nas emissões globais anuais de gases de efeito estufa.

A grande questão levantada nos debates é se devemos ou não garantir restrições ao financiamento de atores da cadeia produtivas envolvidos no desmatamento ilegal da Amazônia? De pronto, já vamos afirmando que a posição dos dois atores desta análise é que sim! E ainda mais, devemos colocar restrições, de forma urgente, no sistema financeiro, no caso do Estado Brasileiro além das restrições, deve garantir a floresta em pé, a biodiversidade protegida, os povos indígenas e comunidades tradicionais com direito aos seus territórios e a redução nas emissões originárias da destruição das nossas florestas, e punir aqueles que investem na destruição deste patrimônio.

Mas, também o Estado Brasileiro na mesma velocidade e intensidade que realiza a punição aos infratores ambientais, deve através do crédito público e privado condicionar e incentivar as atividades econômicas da restauração de florestas, sociobioeconomia, cadeias produtivas de baixo carbono e o manejo florestal.

<sup>71</sup> Mestre em Biologia e Coordenadora da coalizão Florestas & Finanças, uma iniciativa do *Rainforest Action Network*, *TuK Indonésia*, Profundo, *Amazon Watch*, Repórter Brasil, *BankTrack*, *Sahabat Alam Malaysia* e *Friends of the Earth US*. A coalizão tem como objetivo impedir que as instituições financeiras financiem o desmatamento e as violações de direitos, e procura alcançar isso por meio de maior transparência, da melhoria nas políticas de instituições financeiras e do fortalecimento dos regulamentos do setor financeiro. Contato: merel@ran.org.

<sup>72</sup> Colaborador da *Forests & Finance* no Brasil. Consultor e empreendedor social em sustentabilidade. Licenciado em Ciências Exatas e Naturais e Mestre em Agricultura Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará (Ufpa)/Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). 2008 a 2010 foi Assessor da GTZ no Brasil. 2011 a 2017 foi Assessor Técnico Judicial e Extrajudicial do Ministério Público do Estado do Pará para temas agrários, fundiários e ambientais. Contato: tarcisio.xingu@gmail.com.

A iniciativa Forests & Finance<sup>73</sup> avalia financiamentos recepcionados nas cadeias de fornecimento de carne bovina, soja, óleo de palma, celulose e papel, borracha e madeira, cujas operações podem impactar florestas tropicais naturais e as comunidades tradicionais e povos indígenas que dependem deste bioma no Sudeste Asiático, África Central e Ocidental e partes da América do Sul.

O conjunto de dados analisados e publicados avalia o financiamento recebido e os níveis de impactos que podem ter sobre a floresta, inclusive recursos financeiros investidos em empresas de mineração.

### O setor financeiro e o impacto sobre as florestas tropicais

Temos 15 (quinze) principais bancos com maior exposição global responsáveis por 59% do financiamento total do setor de risco florestal entre 2016 e 2021. O risco florestal é vinculado às atividades da exploração insustentável até a retirada da cobertura florestal para garantir suas atividades agropecuárias extensivas de forma direta ou indireta.

Essas são conclusões de estudos e análises realizados pela Florestas e Finanças, uma coalizão de organizações de campanha e pesquisa, com a participação da *Rainforest Action Network*, *Tuk Indonesia*, *Profundo*, *Amazon Watch*, *Repórter Brasil*, *BankTrack*, *Sahabat Alam Malaysia* e *Friends of the Earth US* e diversos colaboradores em vários países tropicais. Mas, a principal reclamação desse pool de organizações é que temos uma política de não transparência e falta de cuidado do setor financeiro quanto se trata de investimento de impacto nas florestas tropicais.

Para ilustrar a necessidade dos movimentos sociais, ONGS e centros de pesquisa interagirem com o tema, podemos citar a experiência realizada em 23 de abril de 2021, onde instituições de pesquisa, ativismo ambiental e de defesa dos direitos humanos no Brasil, dentre elas Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia (Ledtam/UFGA), Centro de Estudos e Pesquisas Brics, vinculado ao Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI/PUC-Rio), Conectas Direitos Humanos, GT Infraestrutura, Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA), International Rivers – Brasil, Projeto Saúde e Alegria, *Rainforest Action Network (RAN)*, recomendaram ao Banco Central que utilize como critérios de sustentabilidade aplicáveis na concessão de crédito rural e à caracterização de empreendimentos com restrições de acesso ao crédito rural em razão de dispositivos legais ou infralegais atinentes a questões socioambientais o seguinte:

Para garantir que o crédito rural seja impulsionador de uma economia de baixa, nula ou mesmo

<sup>73</sup> A FORESTSANDFINANCE é uma plataforma com dados robustos sobre os sistemas financeiro que pode ser acessada na rede mundial de computadores. Disponível em: <<https://forestsandfinance.org/>>. Acesso em jun. de 2023.

negativa emissão de carbono, e que respeite a dignidade humana, recomendamos que: 1. O Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o histórico de conversão do uso do solo em relação a vegetação nativa presente nele, sejam analisados e levados em consideração na disponibilização do crédito rural pelos operadores. Tal análise é possível com a utilização das plataformas do MapBiomas, Prodes/Inpe, Deter/Inpe, Terra Brasilis, Crédito Rural e SATAlerta<sup>74</sup>.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) firmou em 16 de dezembro de 2022 um acordo de cooperação<sup>75</sup> com o Mapbiomas, uma iniciativa formada por ONGs, universidades e startups de tecnologia, para reforçar o compromisso do governo federal com o desmatamento zero, e como resultado da aplicação plataforma, pela primeira vez, proprietários rurais envolvidos com desmatamentos irregulares sofreram imediatamente as consequências no acesso aos recursos bancários, um total de 58 proprietários rurais tiveram os recursos bloqueados.

Essa iniciativa demonstra que a pressão social sobre as instituições financeiras pode trazer algo positivo para a conservação e proteção das florestas. Mas, não basta, há outras plataformas que poderiam ser mobilizadas para garantir uma melhor análise dos investimento, como por exemplo o Sistema Integrado de Informações Fundiárias do Pará (SIG Fundiário/PA)<sup>76</sup>, o sistema agrega informações documentais e espaciais dos diferentes imóveis rurais, bem como permite a visualização fundiária das localidades, sendo um instrumento de relevância no combate à grilagem de terras na Amazônia.

A plataforma desenvolvida pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Microsoft com apoio do Fundo Vale. O PrevisIA<sup>77</sup>, uma plataforma que usa Inteligência Artificial (IA) para prever as áreas sob maior risco de desmatamento na Amazônia. E, com isso, fornece dados para que a destruição da floresta possa ser evitada, a indicação do sistema pode alertar as instituições financeiras para que não façam investimento nessas regiões que possam causar o desflorestamento e sim o manejo florestal, por exemplo.

Sabemos que o crédito rural tem favorecido de forma escalar o desmatamento na Amazônia. Já na década de 1970 durante o período do Estado de exceção no Brasil, os ditadores militares passaram a oferecer aos apoiadores do regime militar crédito subsidiado diretamente para o corte de flores-

74 Banco Central Do Brasil. Página inicial. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/audpub/DetalharAudienciaPage?/>>. Acesso em mar. de 2023.

75 BNDES - Acordos. Disponível em: <[https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/Acordos/lut/p/z0/04\\_Sj9CPykssy0xPLMnMz0vMAfIjo8zizQPdnT0cTQx93F39nQzM3lOd3U0DDYz8Qwz0C7lDFQHsZuwm/](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/Acordos/lut/p/z0/04_Sj9CPykssy0xPLMnMz0vMAfIjo8zizQPdnT0cTQx93F39nQzM3lOd3U0DDYz8Qwz0C7lDFQHsZuwm/)>. Acesso em jun. de 2023.

76 Ministério Público instala Sistema Integrado de Informações Fundiárias do Pará. Disponível em: <<https://www2.mppa.mp.br/noticias/ministerio-publico-instala-sistema-integrado-de-informacoes-fundiarias-do-para.htm>>. Acesso em jun. de 2023.

77 PrevisIA: Imazon, Microsoft e Fundo Vale lançam ferramenta de inteligência artificial que ajudará na prevenção do desmatamento da Amazônia. Disponível em: <<https://imazon.org.br/imprensa/previsia-imazon-microsoft-e-fundo-vale-lancam-ferramenta-de-inteligencia-artificial-que-ajudara-na-prevencao-do-desmatamento-da-amazonia/>>. Acesso em jun. de 2023.

tas e ainda recentemente apesar da proibição de crédito para desmatar, transvestido de incentivos para ocupar regiões desabitadas, sem levar em consideração a milenar presença indígena na região.

Devemos lembrar que o crédito rural está direto ou indiretamente associados aos padrões de alteração da cobertura florestal, dentre eles: desmatamento com solo exposto, desmatamento com vegetação, mineração, degradação, cicatriz de incêndio florestal, e a exploração madeireira com corte seletivo desordenado ou corte seletivo geométrico, assim como as diversas formas de grilagem de terras que impactam diretamente nas mudanças climáticas.

Segundo Silva (2009) e Prates (2008), o desmatamento mais elevado em imóveis ou municípios com mais crédito indica que os bancos possuem sistemas de controle inefcazes ou que eles confiam no controle falho dos órgãos ambientais.

Soares et al. (2019)<sup>78</sup> nos esclarece que o crédito rural pode estar associado ao desmatamento, sendo que o mesmo pode financiá-lo, assim como impulsionar a demanda a demanda de crédito para financiar as atividades econômicas associadas à mudança da terra.

Quando analisamos as mudanças da terra observamos que os municípios com maior acesso ao crédito consolidaram suas atividades agropecuárias com a subtração da floresta com volumes exorbitantes de acesso ao crédito.

Oliveira et al (2011), trabalhando a relação entre crescimento econômico e desmatamento da Amazônia Legal, como sugerida pela Curva de Kuznets Ambiental, onde aplicou variáveis como quantidade de rebanho bovino, culturas agrícolas como soja e cana-de-açúcar, extração vegetal e silvicultura, densidade populacional, crédito rural e área de floresta preexistente, diante da análise 782 municípios da região monitorados pelo Sistema Prodes (Programa de Avaliação do Desflorestamento na Amazônia Legal, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe), entre 2001 e 2006, teve como um dos resultados observado que as variáveis relativas ao rebanho bovino, crédito rural e área de floresta preexistente afetam positivamente o desmatamento.

Ainda no mesmo estudos os autores identificaram que:

A relação entre desmatamento e crescimento econômico é verificada na forma de “N” invertido, ou seja, o desmatamento é decrescente para baixos níveis de PIB per capita, para depois crescer

<sup>78</sup> SOARES, Tailândia Oliveira et al. IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO DESMATAMENTO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA. Revista Saúde e Meio Ambiente, v. 9, n. 2, 2019.

à medida que o PIB per capita se eleva, e torna-se decrescente novamente para níveis mais elevados de PIB per capita<sup>79</sup>.

Vale afirmar que a restrição de crédito aos proprietários rurais violadores da legislação ambiental, trabalhistas, direitos humanos e fundiária, dando a devida transparência quando tais créditos têm algum traço de recursos de origem pública, pode mudar o cenário catastrófico que estamos vivendo agora.

Em fevereiro de 2008, o Conselho Monetário Nacional (CMN) emitiu uma norma que exige dos bancos públicos e privados a interrupção do fornecimento de crédito rural a agricultores não cumpridores da legislação ambiental e fundiária.

A partir de julho de 2008, antes de conceder crédito às propriedades rurais a partir de 400 hectares, os bancos começaram a requerer a comprovação de que seus proprietários haviam iniciado os procedimentos para a obtenção de um título de propriedade válido e uma licença ambiental. Mesmo, assim anos depois ainda é necessário criar regras que possam proteger as florestas, e o crédito tem um papel fundamental neste cenário<sup>80</sup>.

### O papel dos bancos na proteção das florestas

Neste momento temos que aprofundar algumas questões que são essenciais nessa discussão em um Estado Democrático de Direito e diante da urgência de combater as mudanças climáticas. **Podem as finanças contribuir para a conservação da floresta?** A Sociedade Brasileira, principalmente a Câmara dos Deputados discutem o papel das instituições financeiras na construção do desenvolvimento do Brasil. O debate sobre a política de juros do Banco Central deve ser ampliada relativa aos critérios de sustentabilidade aplicáveis na concessão de crédito rural e suas restrições de acesso ao crédito.

Coletivamente a Floresta e Finanças busca **impedir que as instituições financeiras facilitem os abusos ambientais e sociais** comuns em commodities de risco de desmatamento. Sendo necessário alcançar isso por meio de maior transparência, políticas, sistemas e regulamentos do setor financeiro.

Usando a Plataforma da Florestas e Finanças, um dos nossos associados, conseguiu identificar que fazendeiros flagrados pelo Ibama desmatando a Amazônia conseguiram acesso a recursos públicos via crédito a juros subsidiados para comprar tratores e outras máquinas agrícolas, o histórico de reiteradas infrações

79 OLIVEIRA, Rejane Corrêa de et al. Desmatamento e crescimento econômico no Brasil: uma análise da curva de Kuznets ambiental para a Amazônia legal. Revista de economia e sociologia rural, v. 49, p. 709-739, 2011.

80 BARRETO, P. et al. Risco de Desmatamento Associado à Hidrelétrica de Belo Monte. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAIZON), Belém, Pará, Brasil, 98 pp. 2011.

ambientais não impediu o BNDES a conceder os empréstimos que foram operados pelo banco John Deere, que é o braço financeiro da fabricante de máquinas que o controla – e que vendeu os equipamentos.

Um total de R\$ 28,6 milhões em maquinário para cinco produtores com embargos em seu nome emitidos pelo Ibama por desmatamento foram liberados, mostrando a fragilidade do sistema financeiro<sup>81</sup>.

Neste momento, quando as mudanças climáticas são de fato um risco para continuação da vida neste planeta, afetando com maior impacto às comunidades tradicionais e povos indígenas, é necessário **garantir que o Banco Central torne mais transparentes processos e procedimentos que impactam as florestas e os territórios de uso tradicional.**

O crédito hoje pode ser contratado direta e indiretamente por imóveis rurais inseridos em área de Floresta Pública Tipo B, Terras Indígenas, Quilombolas, Unidades de Conservação e territórios de uso comum de populações tradicionais, não concluídas a regularização fundiária, quando ocupações declaradas de boa-fé. Mas, as regras poderiam limitar que tais imóveis somente poderão receber crédito rural destinadas às atividades econômicas como a restauração, o manejo florestal, os sistemas produtivos com base na agroecologia, os sistemas agroflorestais, a recuperação de solo com inserção de espécies nativas do bioma, assim como atividades rurais alinhadas com a bioeconomia e/ou com emissões negativas de carbono, sendo vetado a emissão de crédito as ocupações de má-fé.

De maneira nenhuma estamos defendendo que as instituições financeiras deixem de financiar as atividades produtivas na Amazônia, mas, o que estamos **recomendando é uma reorientação dos investimentos em atividades com a floresta em pé, incentivando fortalecimento da sociobioeconomia e das cadeias produtivas de baixo carbono, manejo florestal e a restauração de florestas.**

Recomendamos uma maior transparência nas operações bancárias que tenham impacto sobre as florestas tropicais e principalmente aquelas com DNA de recursos oriundos de recursos públicos operados por instituições financeiras públicas e privadas.

Fica evidenciado que as instituições bancárias têm uma participação importante na conversão de florestas em áreas de produção agrícola, ou de forma direta ou indireta contribuindo no aumento das emissões de gases de efeito estufa. Será necessário um grande **debate na sociedade para determinar qual o papel dessas instituições** neste momento tão delicado que o planeta Terra passa. A boa fé e a transparência são fundamentais para estabelecer uma rota de in-

<sup>81</sup> BNDES empresta R\$ 29 mi para desmatadores da Amazônia financiarem tratores. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2022/02/bndes-empresta-r-29-mi-para-desmatadores-da-amazonia-financiam-tratores/>>. Acesso em jun. de 2023.

vestimentos e financiamentos que estejam concatenados com a manutenção ou a recuperação de florestas, proteção da biodiversidade e o respeito aos territórios tradicionais de uso comum.

### Recomendações

-  Ampliar o debate público sobre o papel das instituições financeiras para a proteção das florestas e da sociobiodiversidade;
-  Fortalecer mecanismos de transparência sobre os investimentos, financiamentos e operações bancárias que tenham impacto sobre florestas tropicais;
-  Tensionar para a reorientação de investimentos para atividades com a floresta em pé, incentivando fortalecimento da sociobioeconomia e das cadeias produtivas de baixo carbono, manejo florestal e a restauração de florestas.

## Por novos ventos para as comunidades locais: estratégias de resistência da comunidade de Serra dos Rafaéis (PI) frente às práticas corporativas nocivas dos parques eólicos na Chapada do Araripe

Camila Mikie Nakaharada<sup>82</sup>

Fernanda Drummond<sup>83</sup>

Júlia Mello Neiva<sup>84</sup>

A Chapada do Araripe, localizada na tríplice fronteira dos estados do Ceará, Piauí e Pernambuco é um planalto que compõe um mosaico de feições da Mata Atlântica, Caatinga e, sobretudo, Cerrado. Em razão da sua localização territorial, afastada dos grandes centros, a região foi habitada por povos indígenas e comunidades tradicionais. Atualmente, parte do que resta da herança cultural destes povos está presente nos indígenas Cariri, que vivem na **comunidade Serra da Mata Grande**, localizada em Queimada Nova, município do Piauí, a aproximadamente 550 km da capital Teresina. Outra parte desta herança cultural pode ser vista e segue viva nas comunidades quilombolas, que surgiram como refúgios e resistência para a população negra, desde o período de escravidão no Brasil, entre os séculos XVI e XIX. É o caso do **Quilombo Serra dos Rafaéis**, uma comunidade de cerca de mais de 100 famílias, localizada na parte mais alta da Chapada do Araripe, pertencente ao município de Simões, também no Piauí.

Nos últimos dez anos, uma grande parte desta área, que abriga uma floresta nacional, uma área de proteção ambiental e um geoparque, teve sua paisagem drasticamente modificada pela instalação daquele que já chegou a ser considerado um dos maiores complexos de parques eólicos do Brasil, o Ventos do Araripe III. Desde sua implementação, o projeto tem sido visto como sinônimo de progresso e uma garantia de futuro para as populações locais. Mas os benefícios advindos do projeto não chegaram para todos. Sem acesso adequado a escolas e unidades de saúde, as comunidades Serra da Mata Grande e da Serra dos Rafaéis são exemplos de populações deixadas à sua sorte e que precisam, por conta própria, negociar seu futuro, e sua própria existência enquanto grupo, com empresas milionárias que, muitas vezes, enxergam esses territórios como uma oportunidade de fortuna.

É certo que a energia eólica é uma das alternativas disponíveis para o Brasil descarbonizar sua matriz energética, mas não da forma como vem ocorrendo na região do Araripe. A maneira como empresas e instituições financeiras vêm operando projetos na região, sem respeitar os direitos humanos das popula-

82 Conectas Direitos Humanos.

83 Conectas Direitos Humanos.

84 Conectas Direitos Humanos.

ções locais, reproduz o que também já acontece na Amazônia e em outras partes do Brasil e do mundo. E quando as pessoas afetadas por esse comportamento corporativo buscam por justiça, frequentemente se deparam com estratégias das empresas para, de modo geral, contestar ou fugir de sua responsabilidade.

### **Por um sistema em que as empresas não fujam da responsabilidade pelas violações de direitos humanos e danos ambientais: Projeto *Mind the Gap***

Em seus esforços para enfrentar diariamente os impactos negativos, bem como violações decorrentes de atividades empresariais, ativistas, trabalhadores/as, ONGs, sindicatos e movimentos sociais aprenderam muito sobre quais contra estratégias funcionam e o que não funciona.

O objetivo deste texto é compartilhar alguns desses aprendizados, frutos de um projeto colaborativo de pesquisa e incidência, do qual a Conectas Direitos Humanos participou com outras dez organizações de diferentes países<sup>85</sup>. O projeto chamado “*Mind the Gap*”, liderado pela SOMO (*Center of Research on Multinational Enterprises*), analisou os caminhos por justiça e reparação às comunidades afetadas por abusos de empresas multinacionais. O projeto durou cinco anos e foi dividido em duas etapas.

A primeira compilou, analisou e agrupou as estratégias corporativas nocivas mais comuns usadas para evitar responsabilização das empresas e reparação às suas vítimas. Essa sistematização ajuda a identificar e ter uma nitidez sobre a forma como as empresas conseguem evitar a responsabilização por violações dos direitos humanos e danos ambientais.

Já a segunda etapa reuniu em um “kit de ferramentas” as contra estratégias praticadas por comunidades e ativistas em seus esforços para evitar ou superar os impactos negativos das atividades empresariais e do comportamento corporativo. Essa pesquisa foi feita a partir de publicações existentes e entrevistas com ativistas, colhendo aprendizados de tentativas e erros da sociedade civil em todo mundo em anos de experiência.

Uma “estratégia empresarial nociva” foi definida como uma série de ações tomadas por uma empresa para evitar sua responsabilização por violações de direitos humanos e danos ambientais. Importante elucidar que não se tratam de estratégias inerentemente ilegais. De fato, muitas destas ações estariam dentro da legalidade e, assim, são ampla e simultaneamente conduzidas por gestões, auditorias, asses-

<sup>85</sup> O projeto *Mind the Gap* envolveu organizações da sociedade civil de todo o mundo ACIDH; Afreewatch; Al Haq; Cividep; Conectas; ECCJ; Inkrispena; Poder; PremiCongo; SOMO; SRI. Mais informações sobre o projeto podem ser encontradas nesta página: <<https://www.mindthegap.ngo/about-us/consortium/>> e aqui <<https://www.conectas.org/noticias/rede-de-organizacoes-lanca-projeto-colaborativo-para-levar-justica-a-pessoas-prejudicadas-por-empresas-multinacionais/>> .

sorias jurídicas e outras áreas relacionadas como forma de proteger os interesses das corporações, de seus acionistas e investidores. Embora sejam legítimas aos interesses empresariais, essas estratégias têm efeitos nocivos para a sociedade e para o meio ambiente.

A essa ofensiva das empresas, comunidades, trabalhadores/as, ativistas e organizações da sociedade civil respondem com “contra estratégias”. Trata-se de ações combinadas ou isoladas em busca de justiça e responsabilização.

É curioso pensar o nome do projeto “*Mind the Gap*”. A tradução literal seria algo como “cuidado com o vão”, mensagem que ouvimos em algumas estações de trem e metrô: “ao desembarcar, cuidado com o vão entre o trem e a plataforma”. O vão faz referência a um buraco, uma lacuna, algo que falta. Na evolução desenfreada do sistema econômico global, em constante movimento como uma locomotiva, entende-se que as violações de direitos humanos e danos ambientais ocorrem porque há uma combinação entre a falta de regras e a falta de aplicação daquelas que existem. É o que temos chamado de “lacuna de governança” entre o poder corporativo e a responsabilidade corporativa. Uma lacuna que cria um ambiente permissivo, ou mesmo uma estrutura de incentivos, na qual estratégias corporativas prejudiciais podem ser executadas.

O projeto parte do entendimento de que quando a governança nacional é fraca e a normativa internacional em relação aos direitos humanos é voluntária, as estratégias corporativas nocivas reforçam o estado das coisas: comunidades vulneráveis a danos sociais e ambientais. É preciso, pois, olhar para essas lacunas e compreender como as corporações operam e quais estratégias e táticas usam para seguirem lucrando à custa dos direitos humanos. Para, assim, buscar caminhos para “fechar” essa lacuna: impedir que essas estratégias prejudiciais sejam implementadas ou então, contra-atacar.

No âmbito do *Mind the Gap* foram identificadas um total de 25 estratégias corporativas nocivas – agrupadas em cinco tipos principais – e 12 contra estratégias, agrupadas em quatro tipos, vide tabelas a seguir<sup>86</sup>:

<sup>86</sup> Toda essa relação, com explicações detalhadas, pode ser encontrada em inglês no site <<https://www.mindthegap.ngo/>>. Na aba “harmful strategies” (estratégias nocivas, em tradução livre), há pesquisas extensas sobre casos emblemáticos referentes a cada estratégia analisada. Já na aba “counter-strategies” (contra estratégias, em tradução livre), há uma caixa de ferramentas que fornece orientação prática para a busca por justiça, bem como links para outras ferramentas, recursos relevantes e inspirações de diversas organizações pelo mundo.

**Estratégias empresariais para evitar a responsabilidade por violações dos direitos humanos**

ESTRATÉGIA	TÁTICA
Construir a negação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Esconder-se atrás de cadeias de fornecimento complexas</b></li> <li>- Terceirizar atividades de alto risco</li> <li>- Terceirizar o recrutamento e o emprego</li> <li>- Desengajar para evitar a responsabilidade</li> <li>- <b>Recusar-se a divulgar informações</b></li> </ul>
Evitar a responsabilidade por meio de estratégias judiciais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Abusar do processo judicial</li> <li>- Procurar jurisdição mais favorável</li> <li>- Proteger a matriz da responsabilidade</li> <li>- Resolver casos fora do tribunal</li> <li>- Levar Estados à arbitragem internacional</li> </ul>
Distrair e confundir as partes interessadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Envolver simbolicamente as comunidades</b></li> <li>- <b>Disseminar informações distorcidas</b></li> <li>- Envolver-se em atividades fraudulentas</li> <li>- Manipular pesquisas científicas</li> <li>- Corromper padrões</li> <li>- Desviar reclamações por meio de mecanismos controlados pela empresa</li> </ul>
Enfraquecer defensores e comunidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atacar defensores/as dos direitos humanos</li> <li>- Ajuizar ações judiciais para intimidar os críticos</li> <li>- Criminalizar defensores/as dos direitos humanos</li> <li>- <b>Dividir comunidades</b></li> <li>- Obstruir a sindicalização</li> </ul>
Utilizar o poder do Estado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Explorar lacunas de governança criadas pelos Estados</b></li> <li>- Evitar regulamentações através de lobby corporativo</li> <li>- Aliar-se a instituições estatais repressivas</li> <li>- Empregar forças de segurança do Estado</li> </ul>

Contra-estratégias da sociedade civil para combater as estratégias empresariais nocivas	
ESTRATÉGIA	TÁTICA
Desmontar narrativas corporativas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Realizar pesquisas de refutação</b></li> <li>- Reformular a questão</li> </ul>
Mudar o equilíbrio de poder	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pôr o caso no foco das atenções</li> <li>- Usar mecanismos internacionais de reclamação</li> <li>- Envolver atores com influência sobre a empresa</li> <li>- <b>Expandir e fortalecer o ativismo comunitário</b></li> </ul>
Utilizar contra-estratégias legais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover ação judicial no país sede de uma empresa</li> <li>- Forçar a divulgação de informações por meio da ação judicial</li> <li>- Combater as ações estratégicas contra a participação pública</li> <li>- Coordenar litígio estratégico</li> </ul>
Melhorar as normas de responsabilização corporativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Transformar normas flexíveis em leis vinculativas fortes</li> <li>- Incorporar a responsabilização corporativa na legislação</li> </ul>

A “estratégia” é aqui definida como o plano de ações para se chegar a um objetivo. Para as empresas, esse objetivo seria evitar a responsabilidade por violações de direitos humanos e danos ambientais. Já para a sociedade civil seria “contra-atacar”, isto é, combater as estratégias nocivas das empresas, em busca de justiça e responsabilização. A tática, por sua vez, diz respeito às ações específicas e à condução delas para o alcance da estratégia.

Neste artigo, a partir da pesquisa de campo e atuação da Conectas em Araripe, vamos explorar, de maneira não exaustiva, algumas das estratégias corporativas da empresa de energia eólica e também das instituições que financiaram o empreendimento. Também vamos detalhar algumas contra estratégias que as comunidades locais vêm utilizando para seguir na luta por direitos.

## O Complexo é complexo: estratégias corporativas e os impactos às comunidades atingidas

O Complexo Eólico Ventos do Araripe III é um dos maiores do tipo já instalados na América Latina. Foi construído pela empresa brasileira Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A., com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e do Novo Banco de Desenvolvimento - NDB, instituição financeira vinculada ao “grupo dos BRICS”, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Seguindo as diretrizes estabelecidas em seu Acordo Constitutivo, o NDB procurou contar com a experiência dos governos e seus bancos de desenvolvimento para apoiar projetos com supostamente baixo risco de impactos sociais e ambientais. No caso do Brasil, o BNDES cumpriu este papel intermediário, retirando recursos do NDB e prestando-os a empresas brasileiras.

No projeto de Araripe, uma dessas empresas foi a Casa dos Ventos. Segundo a empresa, os habitantes locais tornam-se “aliados do projeto”, com mais de 5 milhões de reais pagos anualmente às famílias que alugaram suas propriedades para a instalação das torres aerogeradoras de energia<sup>87</sup>. Esse valor corresponde a nem 1% do lucro obtido pelo conjunto do Complexo Eólico Ventos do Araripe III e do Parque Eólico Vento do Piauí I, que atingiu R\$ 558 milhões em 2020. As mais de 156 turbinas eólicas, com capacidade de 359 MW, capazes de produzir energia suficiente para abastecer 400.000 casas, foram instaladas em propriedades arrendadas por 71 famílias em Araripina (estado de Pernambuco) e Simões (estado do Piauí), cobrindo uma área de 10.200 hectares - algo próximo de 9 mil campos de futebol.

A instalação desses “cata-ventos gigantes” não é inofensiva. Olhando além da mudança na paisagem, os “parques”, ou seja, um complexo de torres, estradas e linhas de transmissão, causam uma série de impactos socioambientais. Além da supressão da vegetação nativa - lembrando que aqui estamos falando principalmente da Caatinga, um bioma nacional muito vulnerável - há impacto negativo sobre a fauna, principalmente morcegos e aves, que são polinizadores e controlam pragas. Além disso, os parques geram rupturas que ameaçam e dividem a comunidade.

Em janeiro de 2020, uma equipe composta de pesquisadores da Conectas e do Projeto de Responsabilidade Internacional (IAP) visitou a região no Piauí e entrevistou dezenas de famílias em diferentes comunidades ao redor de Ventos do Araripe III.

Na Serra dos Rafaéis, as lideranças comunitárias à frente da Associação da Comunidade Remanes-

<sup>87</sup> Um dos maiores complexos eólicos da América Latina é inaugurado na divisa entre Piauí e Pernambuco. Agência ABEEólica, 2017. Disponível em: <<https://abeeolica.org.br/no-sertao-do-nordeste-casa-dos-ventos-inaugura-um-dos-maiores-complexos-eolicos-da-america-latina/>>. Acesso em maio de 2023.

cente Quilombola Serra dos Rafaéis, desconfiadas das frequentes visitas das empresas de energia eólica que cobiçam a terra pelo seu “potencial do vento”, se reúnem, na igreja do vilarejo, com todos os habitantes, para conversar e deliberar sobre possíveis ações. Nesses espaços de diálogo, elas discutem o que fazer frente aos impactos sofridos pela instalação das torres em terras vizinhas. Literalmente cercados por turbinas eólicas, os habitantes do vilarejo estão sofrendo as mesmas consequências que aqueles que autorizaram o arrendamento de suas terras. Entretanto, por não terem feito um acordo com a empresa, temendo os impactos do projeto, não usufruem dos supostos benefícios do negócio ou de qualquer assistência das empresas.

Entre as principais reclamações está o ruído das hélices, que aumenta drasticamente de acordo com a força dos ventos, até mesmo dificultando o sono das pessoas. O aumento da incidência de raios, assim como a morte de animais, especialmente voadores, também foram mencionados pela comunidade como eventos que começaram a ocorrer após a instalação de parques eólicos na região.

Além disso, os habitantes começaram a receber visitas frequentes de representantes comerciais das empresas. As discussões, em nível individual e com cada família, começaram a gerar um clima de desconfiança mútua na comunidade. Surgiram rumores de que um ou outro vizinho já poderia estar negociando o arrendamento ou que o valor de aluguel de um terreno seria maior do que os outros. Essa abordagem adotada pelas empresas iniciou um processo de **erosão dos laços sociais e tradicionais da comunidade**. Os habitantes abandonaram as decisões coletivas e começaram a negociar seguindo a lógica imposta por aqueles que se aproximaram, deixando de lado qualquer preocupação com seu modo de vida e visão de mundo.

Aqui é possível encontrar semelhanças com duas estratégias empresariais nocivas combinadas. A abordagem individual pode ser erroneamente considerada como uma forma de consulta pelo empreendedor. Mas entendemos que, na verdade, isso se relaciona com a estratégia de **distrair e confundir as partes interessadas**, da qual, no caso de Araripe, se observam duas táticas listadas pelo projeto *Mind the Gap*: **envolver a comunidade de maneira superficial ou meramente simbólica e disseminar informações distorcidas**.

Afinal, a dinâmica da **negociação individual**, sem respeitar os tempos e processos de consulta determinados pela própria comunidade, representa uma **afrenta à Convenção 169 da OIT**, que foi internalizada pelo Estado brasileiro com a intenção de evitar a contínua deterioração das culturas e modos de vida das comunidades que compõem o mosaico nacional.

O envolvimento pró-forma e simbólico da comunidade é uma forma que as empresas buscam para obter apoio para suas atividades, que muitas vezes são controversas. Ao envolver simbolicamente as

comunidades, as empresas tentam evitar e mitigar eventuais protestos e/ou demandas subsequentes de responsabilidade dirigidas a elas. Geralmente, o discurso é de que o empreendimento irá contribuir para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade, alinhado com as tendências de sustentabilidade e com as melhores práticas internacionais. Disseminando essas informações distorcidas na esfera pública, as corporações são capazes de tornar seus negócios mais palatáveis para o público, minimizando, assim, as percepções de irresponsabilidade e desviando o escrutínio público.

A segunda estratégia identificada é **enfraquecer defensores/as** e comunidades. Seja por meio de violência direta ou de táticas indiretas para impedir críticas, as empresas podem procurar silenciar comunidades e defensores/as dos direitos humanos para continuar suas operações comerciais. Essa estratégia pode, por exemplo, usar o envolvimento da comunidade e os prometidos benefícios de seus investimentos a fim de separar, desorganizar e colocar os membros da comunidade uns contra os outros. Se for bem-sucedido, o resultado é que as corporações podem continuar suas operações sem responsabilidade, e os defensores são desencorajados a protestar contra a má conduta corporativa.

No centro de muitos casos de impunidade e más práticas empresariais está a realidade gritante dos enormes desequilíbrios de poder entre empresas multinacionais e as pessoas que elas afetam. As empresas costumam usar seu **poder e influência para contestar sua responsabilidade** ou oferecer remédios simbólicos. Mudar o poder em favor das comunidades afetadas é vital ao se buscar soluções.

### **Aprendizados e estratégias para garantia de direitos das comunidades**

Em 2021, a Fundação Palmares certificou que a comunidade da Serra do Rafaéis se autodeclarou como remanescente quilombola, com base em suas raízes familiares e suas manifestações culturais e festividades tradicionais. A **mobilização comunitária** para reivindicar coletivamente o seu direito a um território regularizado e seguro pode ser considerada uma contra estratégia capaz de **mudar o equilíbrio de poder**.

Mas a titulação do seu território, etapa fundamental para garantir o direito à terra e o respeito ao vínculo com a cultura e ancestralidade, não foi nem iniciada neste caso. Tanto a certificação, quanto à titulação são imprescindíveis para assegurar os direitos dessas comunidades em seus locais de memória e identidade, bem como acesso a políticas públicas específicas relacionadas à assistência técnica rural e ao combate à fome, por exemplo.

Além da insegurança pela falta de regularização fundiária, a comunidade sofre com a falta de acesso à água, educação, saneamento básico e saúde. Alguns habitantes da comunidade veem a possibilidade de alugar suas terras como uma forma de obter uma renda que contribuiria para sua sobrevivência,

mas não há consenso. Muitos reconhecem que não sabem quais serão seus direitos após a assinatura do contrato com a empresa.

Um dos principais aprendizados do projeto *Mind the Gap* sobre contra estratégias bem-sucedidas é que o **ativismo comunitário** deve estar no centro. Muitas vezes é útil que **ativistas, comunidades e ONGs colaborem juntos**. A colaboração pode amplificar as vozes com frequência silenciadas de pessoas, organizações e comunidades locais, especialmente quando as empresas estão minando ativamente defensores/as dos direitos humanos e as comunidades ao tentar dividir as comunidades. A **formação de coalizões de ativistas** também pode impedir que as empresas distraiam e ofusquem as partes interessadas ao envolver simbolicamente as comunidades locais para obter apoio a suas atividades. No caso de Serra dos Rafaéis, essas alianças vêm sendo construídas, paulatinamente, com diversos atores, públicos e privados que, conjuntamente, vêm contribuindo para o **fortalecimento da comunidade**.

Em tempos de extrema preocupação com o meio ambiente e com as comunidades que historicamente o defendem, é importante assegurar a **responsabilidade de todas as partes** envolvidas no empreendimento, desde a sua construção até a operação. O empreendedor tem o dever de respeitar o **direito de consulta e consentimento prévio, livre e informado**, desde a prospecção do projeto e, mais ainda, durante as obras. Já o governo deve ser vigilante com a emissão da licença ambiental, devidamente fiscalizando o cumprimento dos programas de mitigação e compensação do empreendimento, por exemplo. Os financiadores, por sua vez, devem, dentre outras, ser criteriosos quanto à liberação de financiamento de atividades, para que os investimentos não sejam mais um vetor de violação de direitos humanos.

No caso de Araripe, há, ainda, uma camada adicional de complicação na análise da responsabilidade de todos os atores envolvidos, já que após a finalização das obras, uma parte do complexo foi vendida e é operada por uma *joint venture*, ou seja, não se trata de uma empresa, mas um consórcio de empresas. Este fato não será aqui aprofundado por ainda estar sob análise, mas ilustra muito bem outra tática empresarial de esconder-se atrás de cadeias de fornecimento complexas, para construir a negação.

Aliás, outra tática dentro da estratégia de construir a denegação também observada no caso é justamente a falta de transparência e de acesso à informação, que impossibilita uma participação efetiva da comunidade. Na pesquisa comunitária realizada por IAP e Conectas, os dados apontam que pessoas afetadas pelo projeto não sabem sobre a origem do financiamento e acreditam que o meio ambiente pode ser destruído, e a grande maioria toma como certo que o projeto beneficia as pessoas politicamente mais poderosas da região. Além disso, constatou-se que nenhum membro da comunidade foi consultado para discutir suas prioridades para seu próprio território. As pessoas não sabiam como encontrar informações sobre o projeto ou como fazer uma reclamação caso surgisse uma causa.

Neste aspecto, a pesquisa sobre as práticas do banco pode ser considerada uma contra estratégia para **desmontar narrativas corporativas**, por meio de **pesquisas de refutação**. A partir do que se observou em campo, é possível inferir que o NDB e o BNDES, financiadores iniciais do projeto, precisam fazer mais para cumprir sua política socioambiental, com mais transparência, participação pública e proteção efetiva dos direitos humanos e do meio ambiente.

De todo modo, o combate às estratégias empresariais nocivas não consegue ser feito somente por meio de casos individuais. O projeto *Mind the Gap* apontou que ativistas, advogados e pesquisadores de todo o mundo concluem que uma contra estratégia estrutural e essencial é **melhorar as normas que regulam o comportamento corporativo** – fechar as lacunas de governança e brechas legais que permitem que as empresas causem danos e evitem a responsabilidade por suas ações e omissões. Há diversos caminhos sendo apontados, como transformar “*soft-law*” em “*hard law*”, ou seja, fazer com que normas orientadoras, tais como os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos e as Diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico para Empresas Multinacionais, passem a ter força vinculativa para regular a conduta corporativa.

O Brasil já conta com um amplo arcabouço legal que permite a proteção dos direitos humanos e a responsabilização daqueles que os violam. Infelizmente, contudo, esse sistema ainda possui brechas que são ardilosamente exploradas por agentes corporativos para evadir-se de sua responsabilidade. Nesse sentido, projetos de lei em andamento que buscam sanar essas brechas<sup>88</sup> são importantíssimos para responder à crescente demanda nacional e internacional de respeito aos direitos humanos na atividade empresarial e de definição dos contornos de responsabilidade em caso de abusos. O caso de Araripe descrito neste artigo nos mostra a relevância para aprovação desses projetos de lei. Mas isso, por si só, não será suficiente. Precisamos ir além e defender e cobrar a aplicação do aparato estatal de proteção já existente, para fazer valer direitos já consagrados e frutos de muita luta, e do aparato administrativo responsável por sua aplicação e cumprimento.

<sup>88</sup> Podemos citar, por exemplo, o Projeto de Lei nº 572/2022, que cria um Marco Nacional sobre Direitos Humanos e Empresas e estabelece diretrizes para a promoção de políticas públicas no tema. A campanha “Essa terra tem lei - Direitos para os povos, obrigações para as empresas” reúne movimentos sociais, sindicais e organizações da sociedade civil para a aprovação do PL.

## Recomendações

-  Fortalecer a mobilização comunitária por meio da colaboração, construção de alianças e de coalizações entre ativistas, em especial entre comunidades e organizações da sociedade civil;
-  Construir e fortalecer protocolos de consulta e consentimento, com finalidade de garantir o respeito ao direito à “Consulta Livre, Prévia e Informada, nos termos da Convenção 169 da OIT;
-  Apoiar e / ou desenvolver pesquisas que evidenciem práticas nocivas de empreendedores, Estados e financiadores e que possibilitem a refutação, contestação e desmonte das narrativas corporativas;
-  Tensionar para o aprimoramento de instrumentos de responsabilização das diferentes partes envolvidas no desenvolvimento e operação de projetos, bem como aprimoramento de normas reguladoras de práticas corporativas.

## O Sistema de Alerta Prévio (SAP) como ferramenta democrática na afirmação de direitos socioambientais

Daniel Lopes Faggiano<sup>89</sup>

Rodolfo Machado<sup>90</sup>

O Instituto Maíra é uma organização brasileira comprometida com o fortalecimento de povos tradicionais e comunidades locais. Acreditamos que é através da aplicação do princípio da autodeterminação, que cada povo ou comunidade, pode contribuir, em sua particularidade, com a emancipação de todo gênero humano. É justamente, a partir dessa confluência, entre o local e o universal, que deve ser trilhada a superação desta sociedade do consumo e sua consequente, crise climática.

Para tanto, o Instituto fornece ferramentas de afirmação de direitos socioambientais que buscam potencializar a ação de povos tradicionais e comunidades locais na construção de um mundo mais justo e democrático para todos e todas. Desde 2018, o Instituto Maíra, em parceria com “*International Accountability Project*” (IAP) administra o “*Early Warning System*” (EWS)<sup>91</sup> ou “ao Sistema de Alerta Prévio” (SAP). O SAP é uma iniciativa de caráter global que visa promover o acesso democrático à informação e estimular comunidades, para que participem ativamente da construção de seu presente, e possam assim, auto determinar seu futuro.

Podemos dizer que o SAP facilita o acesso ao direito à informação acerca de empreendimentos fomentados por Instituições Financeiras Internacionais (IFIs)<sup>92</sup>, para que, comunidades locais e organizações da sociedade civil possam avaliar se determinado projeto apresenta potencial risco de impacto socioambiental. Sempre que possível buscamos informar sobre o projeto antes que este tenha sido aprovado pela junta diretiva. Essas informações coletadas, alimentam um banco de dados, no qual é possível acessar os projetos propostos, por meio de pesquisa e uso de filtros que a ferramenta possui – país, região, setor/categoria de projeto, nome da empresa responsável, instituição financeira, etc.

O Instituto Maíra é responsável por centralizar e sistematizar projetos de fomento ao desenvolvimento

89 Instituto Maíra

90 Instituto Maíra

91 Site oficial da ferramenta, disponível em: <<https://rightsindevelopment.org/>>. Acesso em mai. de 2023.

92 Instituições Financeiras Internacionais são entidades que têm seus mandatos direcionados para o financiamento de desenvolvimento. Para tanto, oferecem assistência financeira e técnica com objetivo de facilitar o acesso a serviços e produtos financeiros como empréstimos, créditos e doações.

propostos para o Brasil, Paraguai, Uruguai, Guiana e Suriname. São monitoradas instituições financeiras internacionais como: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID e BID Invest), Banco Mundial (BM), Corporação Internacional de Financiamento (IFC), Banco Europeu de Investimento (EIB), Corporação Financeira dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (DFC), Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), entre outros. O objetivo do banco de dados é disponibilizar de maneira prévia, simples e organizada, informações fornecidas pelos bancos e instituições financeiras, para que cada comunidade local, através do acesso à informação, possa participar ativamente da construção de sua realidade. Em outras palavras, acreditamos que não existe desenvolvimento sem um amplo envolvimento das comunidades locais.

A aplicação do direito ao acesso à informação, ou ainda, a tomada de conhecimento sobre a realidade local, é fundamental para que cada comunidade, possa através de sua autodeterminação, tomar decisões conscientes sobre edificação de seu futuro. Assim o Instituto Maíra, sempre que demandado pela comunidade ou organização local, se compromete a auxiliar na compreensão destes projetos propostos pela IFIs. E também, na elaboração de estratégias de afirmação de direitos e denúncia de violações de direitos humanos e ambientais, na esfera nacional e internacional.

### **Estratégias de Incidência: *Uma flor sem perfume é uma palavra sem ação***

Neste contexto de projetos de fomento ao desenvolvimento, a autodeterminação das comunidades, significa a possibilidade de que cada comunidade possa determinar quais serão os futuros possíveis e desejáveis para determinada região ou território. Para tanto, é fundamental respeitar o modo de vida de cada região e comunidade.

Nesse sentido, o Instituto auxilia na **elaboração de planos de vida comunitários** como instrumentos de defesa e manutenção do modo de vida particular de cada comunidade. O respeito ao território e modo de vida das comunidades é um dos caminhos prioritários na aplicação da autodeterminação, especialmente por estabelecer as maneiras pelas quais as comunidades podem seguir sendo exatamente como são.

Também buscamos fortalecer a **promoção de ações pela garantia da Consulta Livre, Prévia e Informada, além de uma ampla participação social**, para que cada comunidade, em harmonia com os anseios de todo gênero humano, possa imprimir sua particularidade em sua realidade local.

No caminho do fortalecimento comunitário, o Instituto Maíra, juntamente com outras instituições, colaborou ativamente na **estruturação e operacionalização da chamada “Rede de Comunidades Impactadas por IFIs”**. Essa estratégia de incidência em rede, foi germinada através do contato e intercâmbio promovido pelo Instituto, entre diversas comunidades violadas por projetos de fomento ao desenvol-

vimento. Podemos dizer que a constituição da Rede surge da percepção de que as ameaças, pressões e violações de direitos por parte das instituições financeiras internacionais, não constituem casos isolados. Mas sim ações orquestradas e arquitetadas por uma agenda capitalista de financiamento que pensa os territórios de forma externa a realidade das comunidades locais, tomando as decisões de “cima para baixo”. Assim, um dos objetivos da rede é fomentar a troca de experiências sobre estratégias de resistência, litígio estratégico e fortalecimento comunitário.

Atualmente a Rede é composta pela “Associação de Favelas de São José dos Campos” (Brasil), Associação Sindical e Empresas de Pescadores Artesanais de Tocopilla “*Asopesca Tocopilla A.G*” (Chile), “Coordenadoria Cidadã No Alto Maipo” (Chile) e “Movimento Rios Vivos da Colômbia” (Colômbia). Para ilustrar casos da rede, a Associação de Favelas de São José do Campos luta contra as violações oriundas do projeto de construção da “Via Cambuí” no município paulista, que gerou deslocamento compulsório e rebaixamento da qualidade de vida. Já a *Asopesca Tocopilla A.G*, no Chile, após um processo de reafirmação étnica, pode elaborar o seu próprio protocolo de consulta livre, prévia e informada, como ferramenta de defesa comunitária.

Combinada com as estratégias mencionadas acima, encontra-se a própria contribuição do Maíra com o SAP. A **administração dos dados por um Instituto dos países sul-americanos** traz um ganho estratégico para as organizações e comunidades locais, uma vez que potencializa a possibilidade de tomada de conhecimento, monitoramento e incidência nas diferentes agendas político-econômicas das instituições financeiras, possibilitando assim o fortalecimento comunitário e a garantia e respeito aos direitos democráticos de participação e tomadas de decisão.

Dessa forma, a **apropriação e compartilhamento dos dados recolhidos por meio da ferramenta** de monitoramento como SAP só é efetivo para as comunidades se houver o cuidado na transmissão dessas informações para a viabilização da aplicação do direito da autodeterminação. O Instituto Maíra acompanha os dados que são inseridos no SAP, compreendendo assim a lógica de territorialização das agendas de investimento das instituições financeiras internacionais, e inicia o processo para diálogo com os indivíduos, comunidades e territórios que serão impactados. É fundamental compreender as interconexões entre os projetos e as agendas políticas das IFIs. Assim, uma vez que as comunidades demonstrem interesse no aprofundamento das informações sobre os detalhes dos empreendimentos, o Instituto Maíra então inicia o compartilhamento das informações do SAP de modo que seja adaptável e funcional para a realidade de cada território, contribuindo, sempre que possível com o fortalecimento comunitário, estratégias de negociação e litígio estratégico.

Outra ação para o compartilhamento acerca do funcionamento do SAP e divulgação dos dados coleta-

dos pelo sistema foi a **criação do Podcast** “No Rastro do Financiamento”<sup>93</sup>, como uma forma de facilitar a disseminação das informações e ampliação das discussões sobre os projetos e os potenciais riscos dos financiamentos identificados. Sempre com o objetivo de garantir o direito democrático à informação como meio para a afirmação da autodeterminação comunitária.

### Resultados e desafios

Uma importante reflexão realizada pelo Instituto Maíra diz respeito à efetividade da incidência conduzida. O Instituto acredita que toda ação de incidência, para ser efetiva, deve contar com a **participação direta e decisão autônoma das comunidades locais**. O fortalecimento comunitário e a garantia da participação social potencializam o questionamento sobre os impactos dos grandes investimentos sobre indivíduos, comunidades, povos e territórios, e apontam para a **ampliação da capacidade de influência das narrativas comunitárias nos processos de negociação** e discussão de grandes investimentos.

No entanto, para garantir a participação social a partir do uso do SAP é necessário avançar sobre os **desafios de uso das informações da ferramenta**. Sem os esforços de **transposição didática**, a comunicação dos dados da ferramenta acaba sendo de pouca validade para as comunidades e, em regra, sequer lhes chegam as informações pertinentes. Para garantir o direito democrático à informação, portanto, é preciso auxiliar as comunidades a traduzir para a sua perspectiva concreta, a vida cotidiana, de que forma esse ou aquele projeto lhes impactará a vida. Com o fomento do diálogo comunitário e com a transposição didática referida é possível estruturar eficientes ações e denúncias.

Sobre os resultados, as ações do Instituto Maíra se concentram no **fortalecimento comunitário** e na facilitação do direito ao acesso à informação. Nesse âmbito, merece destaque o caso das comunidades pesqueiras em Tocopilla, na região de Antofagasta, no Chile, comunidades que compõem a **Rede de Comunidades Atingidas por IFIs**. As comunidades pesqueiras da região são ameaçadas pela instalação de plantas dessalinizadoras, financiadas pelo braço privado do Grupo Interamericano para o Desenvolvimento, o BID Invest. As atividades industriais impactaram negativamente no ecossistema marinho, prejudicando diretamente o modo de vida das comunidades e intensificando as crises climáticas<sup>94</sup>.

Quando o mencionado projeto de fomento ao desenvolvimento foi detectado pelo SAP, o Instituto Maíra e o IAP entraram em contato com a associação de pescadores “*Asopesca Tocopilla A.G*” para averiguar o respeito aos direitos humanos e ambientais. As comunidades então informaram que não haviam sido

93 Disponível em: <<https://www.youtube.com/@institutomaira7326>>. Acesso em mai. de 2023.

94 Disponível em: <<https://accountability.medium.com/de-maneira-pr%C3%A9via-a-necessidade-de-ouvir-as-vozes-comunit%C3%A1rias-adequadamente-df44a2e5804c>>. Acesso em mai. de 2023.

consultadas sobre os projetos, e que em 2018 enviaram cartas para o BID questionando a ausência da garantia da consulta e participação nas decisões.

O Instituto Maíra, o IAP e a organização chilena “*Sustentarse*” produziram, à época, materiais sobre a problemática<sup>95</sup>, elaborados por intermédio de um questionário comunitário. Durante o levantamento de informações, 90% das pessoas entrevistadas declararam não terem sido consultadas sobre os projetos, além de compartilharem as demandas, aspirações comunitárias e preocupações sobre potenciais ameaças do projeto para sua territorialidade<sup>96</sup>. O passo seguinte foi a **construção do Protocolo de Consulta**, que estabeleceu as diretrizes para negociação com a *Asopesca Tocopilla A.G*<sup>97</sup>. Com base nessa ferramenta, orientada em estratégias de negociação e litígio com grandes empresas, a comunidade tem buscado fortalecer sua incidência sobre os empreendedores e financiadores dos projetos violadores de direitos humanos e socioambientais.

Por fim, a própria **participação do Instituto Maíra em uma ferramenta internacional de monitoramento prévio como o SAP pode ser compreendida como um resultado de um fortalecimento democrático de comunidades a serem impactadas por grandes projetos capitalista de desenvolvimento**, especialmente por tratar das informações dos investimentos no Brasil, inserindo as comunidades de diferentes regiões brasileiras na discussão sobre a agenda de financiamento em projetos de fomento ao desenvolvimento. Os ganhos políticos e estratégicos se desdobram desde a experiência do Instituto na articulação com outros parceiros no uso do SAP, no diálogo com as instituições financeiras, na administração e coleta dos dados e no compartilhamento destas informações com as comunidades, em busca da estruturação e fortalecimento de estratégias de incidência política através da autodeterminação comunitária.

Ao **atuar sobre as lacunas de informação** dos projetos financiados, e seus potenciais impactos, danos e prejuízos a direitos humanos e ambientais, o Instituto Maíra objetiva **influenciar a rota das agendas de investimento** das instituições financeiras internacionais, buscando garantir o direito à informação às comunidades a serem impactadas. São elas, em primeiro lugar, que devem ter acesso a estas ferramentas e/ou canais de diálogo abertos para o questionamento e a garantia da participação social em decisões que impactaram seus modos de vida. E, assim, poderem refletir sobre que tipo de desenvolvimento humano-societário almejam.

95 Disponível em: <<https://accountability.medium.com/guardianes-del-mar-c%C3%B3mo-pescadorxs-chilenxs-nos-intentan-proteger-del-sacrif%C3%ADcio-ambiental-y-2a92bb5d35c5>>. Acesso em mai. de 2023.

96 Disponível em: <[https://miro.medium.com/v2/resize:fit:4800/format:webp/1\\*Wb5wOsZVIx1PgM48\\_ffh2A.jpeg](https://miro.medium.com/v2/resize:fit:4800/format:webp/1*Wb5wOsZVIx1PgM48_ffh2A.jpeg)>. Acesso em mai. de 2023.

97 Disponível em: <<https://accountability.medium.com/guardianes-del-mar-c%C3%B3mo-pescadorxs-chilenxs-nos-intentan-proteger-del-sacrif%C3%ADcio-ambiental-y-2a92bb5d35c5>>. Acesso em jun. de 2023.

## Recomendações

Entendemos, enfim, que a compreensão da realidade deve sempre partir do imediatamente sensível das comunidades em seu território específico. Portanto, é a partir da concretude comunitária que se podem abstrair e interpretar as mediações presentes em determinada realidade. Ou seja, o pensar onde os pés pisam é exercício que parte do local, necessariamente, mas para que seja possível uma tomada de consciência sobre essa especificidade, é preciso desvelar suas mediações mais amplas, suas conexões gerais e universais que, de alguma maneira, também lhe determinam. Somente assim será possível apreender um concreto rico de determinações gerais e específicas e, então, compreender crítica e historicamente a realidade local com que se trabalha nesta ou naquela incidência.

Apenas com o desvelamento dessa conexão entre o local e o global, em sua dinâmica e estrutura concretas e em movimento, é possível garantir que as tomadas de decisão comunitárias sejam conscientes e, portanto, em harmonia com sua autodeterminação. Isso tudo para que as comunidades com as quais se realizam as incidências não estejam somente representadas na história que lhes impõem como um movimento estranho e incontrolável, mas para que sejam – elas próprias – agentes, atores e protagonistas dela.

É norte e sul do Instituto Maíra, por fim, a convicção prática e epistemológica de que as comunidades, tomando mais e mais a sua história nas mãos, refaçam-se na feitura da história. Acreditando que fazer a história é estar presente nela e não simplesmente nela estar representado. A autodeterminação comunitária é, assim, uma autodeterminação histórica. E esse é o objetivo inicial e final das incidências do Maíra.



**RECOMENDAÇÕES PARA  
FORTALECIMENTO DA INCIDÊNCIA  
POLÍTICA DAS ORGANIZAÇÕES**

Recomendações para fortalecimento da incidência política das organizações*				
Governança e Políticas Públicas	Organização Comunitária	Metodologias de MTI	Interface entre Regimes de Conhecimento e Cosmologias	Incidência sobre Financiadores
Fortalecer a participação da sociedade civil na tomada de decisão sobre infraestrutura e atividades com potenciais impactos socioambientais sobre os territórios tradicionalmente ocupados	Fortalecer a formação de lideranças e a representatividade política de organizações comunitárias	Envolver lideranças comunitárias em todas as etapas de planejamento, realização e análise dos resultados do monitoramento	Estabelecer estratégias para aproximar conhecimentos tradicionais com o técnico científico	Fortalecer mecanismos de transparência sobre os investimentos, financiamentos e operações bancárias que tenham impacto sobre florestas tropicais
Aprimorar e efetivar políticas de conservação da sociobiodiversidade e proteção territorial, buscando interfaces com as soluções desenvolvidas por comunidades de base	Construir e fortalecer protocolos de consulta, com finalidade de garantir o respeito ao direito à Consulta Livre, Prévia e Informada, nos termos da Convenção 169 da OIT	Organizar estratégias de produção de dados e comunicação dos resultados prática e eficiente, a partir da construção de relatórios, dossiês e denúncias, com atenção para o processo de tratamento e segurança das informações coletadas	Apoiar o desenvolvimento de tecnologias para a proteção territorial, em conjunto com as comunidades e organizações da sociedade civil	Reorientar investimentos para atividades com a floresta em pé, incentivando fortalecimento da sociobioeconomia e das cadeias produtivas de baixo carbono, manejo florestal e a restauração de florestas
Estruturar estratégias e políticas efetivas para proteção de pessoas ameaçadas	Atuar em redes, para troca de experiências, elaboração de estratégias e disseminação de informações qualificadas	Aprimorar estratégias de coleta e armazenamento de dados, aproximando das necessidades e práticas cotidianas das comunidades	Incorporar noções e aprendizados das diferentes ações de proteção territorial no planejamento educacional das escolas indígenas e quilombolas	Ampliar espaços de participação social e aprofundar o debate público sobre o papel das instituições financeiras para a proteção das florestas e da sociobiodiversidade
Aprimorar instrumentos de responsabilização das diferentes partes envolvidas na instalação e operação de projetos, bem como aprimoramento de normas reguladoras de práticas corporativas	Fortalecer a participação de mulheres e jovens nas ações e espaços de organização comunitária, estimulando a formação de novas lideranças	Desenvolver aplicativos e soluções tecnológicas adequadas às demandas comunitárias	Apoiar e / ou desenvolver pesquisas que evidenciem práticas nocivas de empreendedores, Estados e financiadores e que possibilitem o contraponto, a refutação e a contestação de narrativas nocivas	Adotar critérios robustos para avaliação e monitoramento dos riscos socioambientais e aos direitos humanos dos investimentos
Construir programas para fortalecimento de cadeias da sociobiodiversidade	Prezar pela união comunitária como instrumento de fortalecimento dos povos	Fortalecer as ações de monitoramento territorial combinando-as com as ações de vigilância cotidianas já desenvolvidas pelas comunidades	Construir parcerias e alianças entre organizações da sociedade civil, universidades e órgãos do poder público para realização de projetos e efetivação de demandas comunitárias	Ampliar a possibilidade de controle social sobre os investimentos
Garantir a avaliação de impactos sinérgicos, cumulativos dos riscos socioambientais associados aos empreendimentos de infraestrutura e extrativos que incidam sobre um mesmo território ou bacia	Promover dinâmicas de construção coletiva de decisões e garantir sua legitimidade em âmbito comunitário		Garantir assessoria técnica e jurídica às comunidades para promover ações junto à Justiça e aos órgãos de comando e controle	Fortalecer canais de denúncias e ouvidorias, garantindo pronta resposta aos registros e solicitações
Assegurar a devida mitigação e reparação de impactos e danos, assim como dos passivos relacionados à instalação e operação de projetos de infraestrutura e extrativos	Promover a conscientização comunitária a respeito da importância da proteção territorial			
Assegurar e efetivar direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, prevenir e cessar violações	Engajar continuamente famílias e comunidades, como estratégia para evitar a cooptação de lideranças			
Combater o desmatamento, assim como invasões, grilagem, roubo de madeira e o garimpo ilegal	Fortalecer a mobilização comunitária por meio da colaboração, construção de alianças e de coalizações entre ativistas, em especial entre comunidades e organizações da sociedade civil			
Estruturar estratégias de pronta resposta às demandas e denúncias de organizações e comunidades	Buscar articulação com atores nacionais e internacionais para a construção de estratégias de incidência eficientes e alinhadas com as demandas prioritárias das comunidades			

\* As recomendações derivam daquelas construídas pelas organizações ao final de cada capítulo. As dimensões iluminadas resultam da pesquisa conduzida pelo FGVces sobre formas de abordagem do MTI e estão apoiadas no debates sobre governança e produção de comuns e sobre justiça socioambiental.



Coordenação:



Realização:



Apoio:



**COMUNICADO:**

Este material foi elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, com apoio da Fundação Charles Stewart Mott, para avanço público no conhecimento sobre monitoramento territorial independente. Portanto, não objetiva influenciar legislação específica ou qualquer campanha política